



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 91ª
(NONAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 559/2011,
EM 6 DE OUTUBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observação as seguintes:

- Ata da 90ª Sessão Ordinária;
- Ata da 31ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Neste momento, esta Presidência fará a leitura de um comunicado.

Comunicado do Presidente:

Sras. e Srs. Deputados, apenas para retificar dados da sessão de ontem, dia 5 de outubro de 2011, para registro da ata. Informo a nulidade da votação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças proferido pelo Deputado Wasny de Roure ao Projeto de Lei nº 536, de 2011. Na oportunidade, foi informado que constava do referido projeto uma emenda que seria rejeitada. Ao proferir o parecer, no entanto, o Relator informou que a única emenda fora retirada a pedido do autor. Dessa forma, não haveria necessidade do parecer, já que o projeto se encontrava com tramitação concluída na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar mais uma vez, pois eu fiz um questionamento a V.Exa. sobre um pedido de informação sobre a CPI da Saúde. Ontem, o Governador do Distrito Federal foi à televisão e reconheceu que a Saúde ainda está muito longe de ser a Saúde ideal. O Governador colocou que encontrou a Saúde pior do que ele imaginava encontrar, então, mais uma vez eu acredito que essa CPI precisa acontecer. Nós precisamos investigar onde está o furo.

E mais uma vez, solicito a V.Exa. informações do parecer da Procuradoria desta Casa ao meu recurso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. O recurso de V.Exa., na verdade, foi em função do arquivamento do requerimento da CPI, porque foi marcada a eleição, os membros não compareceram, e venceu o prazo regimental. A Procuradoria desta Casa já se pronunciou. Encontre-se em minha mão o parecer do recurso. Na próxima terça-feira, na sessão ordinária, farei a leitura e darei conhecimento, não só a V.Exa., como aos demais Parlamentares, da decisão tomada pela Presidência desta Casa.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 810, de 2011, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje, dia 6/10/2011, quinta-feira, será transformada em comissão geral.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A presente comissão geral destina-se à discussão do Projeto de Lei nº 559, de 2011, que reestrutura a carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal e dá outras providências.

Esta Presidência concederá o prazo de quinze minutos para que o Cerimonial possa organizar a mesa dos trabalhos, bem como para que a Polícia Legislativa possa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

autorizar a entrada dos representantes dos segmentos profissionais, dentro do que foi acordado entre a Mesa Diretora, a Presidência desta Casa e a Polícia Legislativa, para garantir a manutenção da ordem e da tranquilidade dos trabalhos dos Parlamentares, dos servidores e, principalmente, trazer ao final um resultado para a sociedade do Distrito Federal.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu gostaria de avisar às pessoas que estão na galeria e também no plenário que estamos terminando de fazer a composição da Mesa, para iniciar os nossos trabalhos. Vou agir com muita tranquilidade; não vou ceder à pressão de ninguém, seja de manifestante, seja de Parlamentar. Vou agir conforme a Constituição, a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara. Estou tranquilo com a minha consciência.

Este debate será em função da carreira do servidor público da Fazenda. Os auditores e os fiscais estão representados. Entrará uma comissão dos fiscais, com cinco representantes, uma comissão com cinco auditores e uma comissão com cinco concurreseiros. A Mesa terá um representante dos auditores, um dos fiscais e um dos concurreseiros. Essa parte do meio da galeria não será ocupada. A polícia legislativa manterá a ordem e a segurança não só de quem está aqui. Esta é a Casa do povo, mas aqui há regras e ordem. O ordenamento será cumprido, porque o que interessa a todo servidor, seja para quem sair vencedor ou derrotado, ou a todos os Parlamentares, é o resultado final para a sociedade. Baderna não leva ninguém a nada. Vamos agir com muita tranquilidade.

Dentro de instantes, iniciaremos o nosso debate, com muita tranquilidade, para que depois o projeto vá para as comissões, receba parecer da Procuradoria e possa vir a Plenário amadurecido, pela sua aprovação ou rejeição.

Esta é a Casa do povo, e o poder do povo será exercido em sua plenitude.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A presente comissão geral destina-se a discutir o Projeto de Lei nº 559, de 2011, que reestrutura a carreira de auditoria tributária do Distrito Federal.

Vamos dar início à nossa comissão geral.

Está iniciada a comissão geral.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir o Projeto de Lei nº 559, de 2011, que reestrutura a carreira de auditoria tributária do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos aí com pessoas que gostariam de participar da comissão geral. São jovens que estão do lado de fora. Poderíamos tirar uma comissão de Parlamentares para conversar, para que mantivéssemos a segurança aqui e eles pudessem entrar e participar da comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada, eu já vou responder à questão de V.Exa. Qualquer Parlamentar ou comissão de Parlamentar que quiser ir para o lado de fora conversar com os concurreiros, é legítimo do Parlamentar. Dentro da Câmara Legislativa, respeitando o Regimento Interno, a Lei Orgânica, nós vamos garantir a segurança dos debates.

Foi decidido numa reunião com a Presidência desta Casa: metade vai ser ocupada pelos auditores, metade pelos fiscais. Há comissão de todos os segmentos. O segmento dos concurreiros está representado. Aqui dentro do plenário nós temos cinco de cada segmento, e na Mesa também nós temos um representante de cada segmento. A Câmara vai fazer, e o Presidente desta Casa vai garantir a segurança. Nós não vamos permitir o ingresso na galeria de mais ninguém. Esse é o ingresso que está garantido. Esse é o ingresso, o de mais ninguém.

O debate – só um instante, Deputado Prof. Israel Batista – será feito, cada um exporá suas ideias. Esta é a Casa do povo, que está sendo representado. Dizer que não está sendo permitido o ingresso de qualquer cidadão não é verdade, porque as comissões estão representadas. O debate não se encerra hoje, será feito nas comissões e será feito também no dia da votação em plenário. E nós vamos garantir, como fizemos no passado, inclusive na época da crise, dessa forma. Eu sei que tomar medida e atitude, às vezes, é muito antipático e é difícil, mas eu não me furtarei ao meu papel de garantir a imagem do Poder Legislativo.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador.) – Esse debate precisava, sim, de uma terceira representação, porque não há apenas duas posições colocadas. Os concurreiros não estão necessariamente com a mesma posição dos fiscais ou dos auditores. Não há apenas uma dicotomia, Sr. Presidente. Há três posições, tanto que aqui dentro há três comissões. Se fossem apenas duas posições, não haveria necessidade de essa Mesa ter uma representação dos concurreiros.

O que eu acho que está acontecendo é que os concurreiros estão sendo impedidos de exercer um direito, que é o direito de entrar na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eles não são vândalos, são pessoas muito sérias. Concurrerios são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

uma classe constituída na capital dos concursos públicos e precisam ser escutados, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Prof. Israel Batista, entendo o posicionamento de V.Exa. Concordo com V.Exa. Os concurseiros também são uma parte. Aí vou mais além: na verdade, não existem três posições, existem mais posições. V.Exa. nem conhece o meu posicionamento, porque não me manifestei ainda, e há outros Parlamentares e outros setores da sociedade que também não, mas como eu disse antes para a Deputada Celina Leão e para outros Parlamentares, eu vou garantir a segurança, o andamento dos debates aqui e a votação do projeto, seja pela aprovação ou pela sua rejeição. O que vai prevalecer no final é a vontade dos Parlamentares e a representação da sociedade. Isso será garantido.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero me somar à Deputada Celina Leão, ao Deputado Prof. Israel Batista. Eu quero fazer um apelo a V.Exa. porque, se há representação na Mesa de duas categorias e mais os concurseiros, cada categoria aqui tem um auditório para aplaudir, e os concurseiros não, então não estamos garantindo a isonomia.

A justificativa de V.Exa. está querendo dizer que, com a entrada dos concurseiros, haveria uma possibilidade de quebra da segurança. Vejo isso com muita preocupação, porque são pessoas ordeiras, estão atrás dos seus direitos, tanto que V.Exa. permite que eles sentem à mesa. Eu não acredito que, se eles sentarem na galeria, vai haver briga, vai haver confusão; muito pelo contrário. A presunção que todos temos que ter é a presunção de paz e de respeito. Tenho certeza de que, independentemente do posicionamento de cada um aqui nesta Casa, vai prevalecer a ordem e vai prevalecer o respeito ao pensamento do outro. Disso tenho absoluta convicção.

Ao longo de toda essa semana, nós convivemos com todos eles, todos eles me parecem extremamente responsáveis e sabem o limite de cada um. O meu direito acaba quando começa o direito do outro. Fico muito triste que na Câmara Legislativa, onde o acesso tem que ser facultado a todos, estejamos alijando alguns e colocando-os aqui no vidro. Esse não é o espírito desta Casa. A Casa do povo não pode ter esse espírito, não pode ficar na presunção de uma insegurança que não existe. Não estamos falando de bandidos, não estamos falando de arruaceiros, não estamos falando de malfeitores de forma alguma. Não é isso.

Acho que poderíamos dar um voto de confiança e tenho certeza de que V.Exa. veria que valeria a pena, porque ninguém iria dizer que a Câmara Legislativa está escolhendo quem pode participar e quem não pode participar. Há direito à fala, tudo bem. Mas quantos de nós, eu digo por mim: o quanto eu me sinto mais segura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

olhando à minha frente e vendo que tenho companheiros meus, em vez de só ter desconhecidos.

Acredito que deveríamos buscar essa isonomia, seria bom que nós buscássemos aqui. Faço mais um apelo a V.Exa. porque conheço a sua determinação, conheço a sua coragem e o seu espírito cívico. Então o que eu espero do Presidente que elegi é que, neste momento – entendo a sua formação, que veio da Polícia Militar, de pensar na segurança em primeiro lugar –, em primeiro lugar não esteja a segurança; em primeiro lugar está a democracia e, se ela for garantida, a segurança virá naturalmente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Eliana Pedrosa, sou obrigado a concordar com tudo o que V.Exa. disse, na verdade eu não disse nada diferente aqui.

Quem me dera eu tivesse uma casa do Poder Legislativo que pudesse acolher toda a sociedade do Distrito Federal, em que toda a população pudesse adentrar e participar de todos os debates. Na verdade, ninguém foi alijado do processo, ninguém aqui decidiu quem ficaria fora e quem ficaria dentro. A Câmara apenas decidiu por medidas de segurança, conversando com o chefe da Polícia Legislativa uma semana atrás, inclusive, pois vínhamos todos os dias fazendo reuniões e decidimos como seria o formato. Ontem fomos procurados pela comissão dos concurseiros.

Ninguém disse – eu não disse isso, não coloquem palavras na minha boca – que os concurseiros entrariam aqui e iriam fazer arruaça ou brigar. Eu não disse isso, como não disse dos auditores nem dos fiscais. Quem disse isso está mentindo, porque em nenhum momento eu disse isso. O que estou dizendo é que esta Casa é a Casa do povo, da democracia, e a democracia está sendo exercida com o direito de qualquer um poder fazer uso da palavra. Mas nós não temos condições de garantir que a galeria fique lotada, porque não temos, inclusive, efetivo da Polícia Legislativa para garantir a segurança. Não que vá haver arruaça, mas é preciso que trabalhem com todas as hipóteses e possibilidades.

Então, neste momento – é uma decisão que foi tomada pela Mesa Diretora, pela Presidência –, teremos os dois lados ocupados, mas como não temos condições para que os concurseiros possam entrar, estamos permitindo as comissões de todos os segmentos e o espaço na Mesa. Não há como voltar atrás, depois de um planejamento feito antecipadamente para o debate de hoje, porque esse requerimento da comissão geral não foi aprovado ontem, foi aprovado antecipadamente. E, assim que foi aprovado, sentamos com a Polícia Legislativa, com os órgãos da Casa, para discutir como seria o debate de hoje. Foi tudo preparado para esse debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Se os concurreiros quiserem se acomodar na sala de comissão, ou lá no auditório, a Casa está aberta, é a Casa do povo. Porém, nas galerias, nós não temos condições. Nós não poderemos autorizar que entrem nas galerias.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou pedindo a proporcionalidade ou, no mínimo, que entrem mais uns dez para lá. No meu gabinete há dois seguranças, no gabinete da Deputada Celina Leão há mais dois, no gabinete do Deputado Prof. Israel Batista há mais dois seguranças e no gabinete da Deputada Liliane Roriz há mais dois seguranças. São oito seguranças que nós colocamos à disposição para ficar nas galerias e garantir um bom clima. E eu saio do debate e vou para a galeria, se V.Exa. permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Eliana Pedrosa, não há necessidade, até porque V.Exa. mesma destacou – e é sabedora como eu – que eles não vão arrumar nenhum tipo de confusão. Não precisa dos oito seguranças dos quatro gabinetes, pois se fosse assim, nós teríamos ontem, no planejamento, requisitado seguranças de todos os gabinetes, porque a Presidência tem essa prerrogativa, mas nós não o fizemos. Nós tomamos uma decisão, ela já está tomada. Vamos realizar o debate. E agora que já está tomado o formato da discussão, vamos compor a Mesa para começarmos o nosso debate, que é o que interessa para a sociedade e para a população do Distrito Federal.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Primeiro-Secretário desta Casa, Deputado Raad Massouh; a Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Eliana Pedrosa; o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Sr. Valdir Moysés Simão. (Vaias da galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu e o Deputado Rôney Nemer propusemos esta comissão geral, para que a gente possa realizar este debate que se dará logo em seguida. Quando nós convidamos as autoridades para vir aqui e colocar seus pontos de vista sobre o debate que propusemos, não foi para transformar isso aqui em uma guerra de torcida. Nós convidamos as autoridades para expor seus pensamentos, seus posicionamentos a respeito do projeto.

Portanto, eu quero fazer uma solicitação à galeria, tendo em vista que a proposição é de nossa autoria: que, no mínimo, respeitem as pessoas que foram convidadas a expor seus pensamentos nesta Casa. Aqui não cabem vaias, até porque, na hora oportuna, nós vamos decidir os nossos votos. E se há uma coisa que eu não faço é votar sob pressão de quem quer que seja! Eu ajo de acordo com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

minha consciência, e a nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, vai agir de acordo com a sua consciência e com o convencimento jurídico que será feito a respeito desse projeto.

Assim, peço a V.Exa., mais uma vez, que faça um apelo para que ninguém seja vaiado na tarde de hoje.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me somar às palavras do Deputado Chico Vigilante. O nosso objetivo aqui, Secretário, quando solicitamos a realização desta comissão geral, junto com todos os pares, é querer ter uma clareza deste projeto no todo para que, com isso, possamos formar o nosso juízo, e depois o projeto ir à votação.

Ninguém precisa ser destrutado. Como disse o Deputado Chico Vigilante, isso aqui não se trata de um jogo entre Flamengo e Vasco ou qualquer coisa que o valha. Isso aqui é para tratar sobre o que é melhor para a sociedade do Distrito Federal. Nós só marcamos esta comissão geral porque nós queremos, assim como eles querem, uma maior clareza do projeto como um todo. Por isso nós pedimos a presença dos Secretários; outros serão chamados. Eu acho que a vaia não cabe em lugar nenhum, pois a gente colhe o que a gente planta, e se você planta respeito, colhe respeito, mas se planta fala de educação, colhe falta de educação também.

Obrigado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também queria me somar ao Deputado Chico Vigilante e ao Deputado Rôney Nemer. Eu acho que todos nós esperamos respeito às ideias dos outros. Já agradeço de antemão a vinda do Secretário de Fazenda, porque será muito importante para nós conhecer em profundidade as explicações que ele tem para nos dar. Soube que ele foi um dos mentores da junção da carreira dos auditores do INSS com a Fazenda, salvo engano. Então, acho que para os nossos elementos de convicção vai ser muito importante, e tenho certeza de que a plateia, de que lado esteja, saberá respeitar as opiniões contrárias.

Contudo, Sr. Presidente, insisto com V.Exa. porque estamos violando o art. 108, § 5º, do nosso Regimento Interno, ao não permitir a entrada na galeria de uma parte das pessoas que querem ouvir e acompanhar esta comissão geral. Faço mais uma vez o apelo a V.Exa.: por favor, por favor, olhe o Regimento Interno. Que pelo menos quinze deles possam entrar para se sentir respeitados, para poder dar oportunidade àquele que senta à mesa de ter um pouco mais de conforto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Faço um apelo a V.Exa. e ao Deputado Raad Massouh, que está na Mesa, é tão simples! Olha só, nós temos toda uma juventude que vai sair com uma impressão muito ruim da Câmara Legislativa. Talvez seja a primeira vez que eles venham à Câmara, na sua juventude, no seu arroubo, e se fala: “não, vocês estão fora”. Será que dez deles não podem vir aqui conhecer como é o processo legislativo e passar a respeitá-lo ainda mais? E não ter a impressão – como é vendida, às vezes, pela mídia – que aqui não se trabalha, que aqui não se tem seriedade, que aqui não se dá oportunidade de as pessoas falarem!

Eu faço mais um apelo, porque nós precisamos atrair essa juventude, Sr. Presidente. Um apelo, porque essa juventude, hoje, é retratar a política. A vida deles, dos filhos deles, será resolvida através da política; será resolvida aqui no Distrito Federal, no que diz respeito ao nosso território, aqui por esta Câmara Legislativa. É um apelo que eu faço: mais quinze pessoas naquela galeria.

Sr. Presidente, V.Exa. é uma pessoa tão democrática, V.Exa. tem dado provas, não apenas nesta legislatura, mas na legislatura passada, de coerência e, principalmente, de às vezes voltar atrás em uma decisão, quando vê que realmente pode trazer benefícios. Eu acho que essa garotada toda que está aí quer sair com a melhor impressão da nossa Presidência e da Câmara Legislativa.

Faço mais uma vez esse apelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Na verdade, Deputada, não é só o acesso de dez ou quinze estudantes, nem de cem ou mil, que vai mudar a imagem da Câmara Legislativa. Quem dera que fosse isso! Quem dera! Já tínhamos feito há muito tempo. O que muda a imagem da Câmara Legislativa é a atitude dos servidores e, principalmente, dos Parlamentares desta Casa, no dia a dia, e quando votarmos esse projeto e dermos uma resposta à sociedade. Então, estou muito tranquilo.

Eu passei por isso na época da Caixa de Pandora, quando nós permitimos a entrada, a pedido dos Deputados, com muita legitimidade, dos jovens, que ocuparam a Câmara Legislativa por sete dias. Eu sei qual foi a pressão que sofri e, depois disso, o aprendizado que tive. Portanto, tudo que foi feito nesta Casa, quando mudamos para a nova sede, foi em função da experiência que tivemos no passado. Eu não vou recuar naquilo que fiz, é uma decisão da Presidência desta Casa, da Presidência da comissão geral, é uma prerrogativa do Presidente.

Contudo, se algum Deputado, ou bloco parlamentar, sentir-se infringido e achar que infringimos o Regimento Interno, pode encaminhar isso à Mesa Diretora, ou até mesmo à Corregedoria. Não tenho nenhum problema com isso. Não volto atrás naquilo que foi decidido. Estou de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

Nós, inclusive, deixamos de cumprir, na época da Caixa de Pandora, decisão judicial! Se chegasse um mandado judicial aqui, agora, para permitir a entrada, eu não acataria. Não acataria em função da minha responsabilidade, como o fiz também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

na época da Caixa de Pandora, e depois assumo a responsabilidade perante a Justiça. Este Poder é autônomo e independente, e vai continuar agindo assim.

Neste momento, vamos compor a Mesa e iniciarmos o debate, porque o que interessa aqui é o resultado final do debate e a votação do projeto.

Convido para compor a Mesa as seguintes pessoas: o Exmo. Secretário de Administração Pública do Distrito Federal, Sr. Wilmar Lacerda; o Presidente do Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal – Sinafite/DF, Sr. Jomar Mendes Gaspary; o Presidente do Sindicato dos Auditores da Receita Federal do Distrito Federal – Sindifisco, Sr. Jason Henrique Cares; Sr. Daniel Cayres. (Palmas.)

Vamos iniciar então os nossos trabalhos. Vamos começar dando palavra aos Parlamentares. Todos os Parlamentares presentes querem fazer uso da palavra?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu quero falar, mas antes quero ouvir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como autor da proposição, em conjunto com o Deputado Rôney Nemer, eu quero ouvir as autoridades neste momento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acompanhando aqui a ideia dos outros Parlamentares — até porque eu acho que todos os Parlamentares que estão aqui ainda não têm uma posição definida, pois querem participar do debate, porque o debate é construtivo —, eu também quero me pronunciar após ouvir as alegações dos dois grupos que estão aqui.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho de suma importância nós ouvirmos primeiro as autoridades presentes, os representantes dos dois movimentos, dos dois pleitos. Até para que possamos formar uma consciência com relação, como bem disse o Deputado Chico Vigilante, ao nosso voto. E só assim faremos também os nossos questionamentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes do Governo, lideranças sindicais, nosso entendimento é ouvir o trabalho que o Governo apresentou, como também a opinião das entidades sindicais. É da maior importância, e lamento não estar presente a Procuradoria nesse debate. Creio que é da maior importância, porque nesse debate a ausência da Procuradoria prejudica o entendimento desta Casa. Deixo aqui o meu registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concordo com V.Exa., Deputado Wasny de Roure. A Procuradoria é de suma importância nesse debate, com certeza, mas eu creio que os Secretários tenham ouvido a Procuradoria antes do encaminhamento do projeto para esta Casa. Que possamos saber aqui, vamos saber ouvindo as pessoas integrantes da Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal, Valdir Moysés Simão.

SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO — Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo; cumprimentar o Deputado Raad Massouh; cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados; saudar o Dr. Jason, Presidente do Sindifisco; o Dr. Jomar, Presidente do Sinafite; o Daniel, futuro colega — se Deus quiser —, representando os concurseiros; cumprimentar os servidores da Secretaria de Fazenda — eu estou preocupado, Sr. Presidente, porque me parece que fechamos o expediente na Secretaria.

Inicialmente quero dizer que a nossa administração sempre teve com os servidores uma relação do mais profundo respeito. E creio que as manifestações que a gente observa neste plenário neste momento se devam à natureza desse debate, desse projeto, que não é um projeto de consenso — a Secretaria tem clareza disso. Mas nosso papel é apresentá-lo e discutir tecnicamente as motivações que levaram a Secretaria de Fazenda a fazer essa proposição. O meu sincero respeito e agradecimento pela presença de todos eles.

Quero cumprimentar também os demais integrantes do Governo. Inicialmente, uma palavra de esclarecimento, principalmente para os jovens que almejam entrar no serviço público. Desde o primeiro momento, a Secretaria de Fazenda patrocinou o concurso em andamento, que por várias vezes foi suspenso — primeiramente por problemas no seu edital, problemas de legalidade no conteúdo do edital, depois por decisões judiciais, recomendações do Ministério Público, posicionamentos do Tribunal de Contas. Enfim, é um concurso que teve todo o nosso patrocínio, mas infelizmente até o presente momento não conseguimos concluí-lo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Esse projeto de reorganização da Secretaria de Fazenda não poderia esperar, e em hipótese alguma esse projeto vem para substituir a necessidade urgente de ampliação do quadro de servidores no âmbito da Secretaria de Fazenda, em especial na carreira da Auditoria Tributária. A nossa expectativa é, tão logo seja aprovado esse projeto, se for aprovado, que a gente faça um concurso imediatamente, não mais para 50 vagas, mas para 100 vagas. É com essa perspectiva que a Secretaria de Fazenda está trabalhando. (Palmas.)

Eu preparei alguns *slides*, para deixar um pouco mais didática esta apresentação, Sr. Presidente. Se V.Exa. permitir, eu gostaria de fazer essa projeção. (Pausa.)

Quero fazer um esclarecimento inicial. A Secretaria de Fazenda hoje conta com servidores de três carreiras. A carreira técnica fazendária, que não é objeto dessa discussão, mas é uma carreira que também estamos reorganizando. Esta Casa deve receber nos próximos dias um projeto de lei também tratando da reorganização da carreira fazendária. São servidores que prestam atendimento nas unidades da Receita, são servidores que atuam na área de suporte, atividades administrativas, em todas as Secretarias de Fazenda, não somente na Administração Tributária, mas também na Subsecretaria do Tesouro, na captação de recursos, na Unidade de Administração Geral e Unidade de Administração Tecnológica.

A segunda carreira existente é a carreira de auditoria de controle interno. É uma carreira estruturada no âmbito do Distrito Federal para as funções de governo, relacionadas ao planejamento, orçamento, gestão financeira, contábil, gestão patrimonial. São servidores que atuam não somente na Fazenda, mas também na Secretaria de Planejamento, Transparência e Controle.

A terceira é a carreira que nós estamos discutindo, a carreira de auditoria tributária. Bem, a carreira de auditoria tributária tem a responsabilidade de, em caráter privativo, exercer a administração tributária no âmbito do Distrito Federal.

O próximo *slide* traz o art. 31 da nossa Lei Orgânica, que diz que à administração tributária incumbe as funções de lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência do Distrito Federal e o julgamento administrativo dos processos fiscais, os quais são exercidos, privativamente, por integrantes da carreira de auditoria. Então, a carreira de auditoria tem como caráter privativo: administração tributária, lançamentos, fiscalização, arrecadação, tributação e julgamento de processos fiscais. Atualmente a carreira de auditoria tributária aqui no Distrito Federal conta com três cargos: auditor tributário, fiscal tributário e agente fiscal tributário.

A percepção que tem a Secretaria de Fazenda é que, do ponto de vista da gestão, essa segmentação, com atribuições diferenciadas, não se justifica para uma administração tributária moderna, eficiente, que tem de fazer um planejamento integrado, que tem de exercer o controle, a fiscalização, de forma integrada, e em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

que os processos de trabalho têm de ser integrados e exercidos por pessoas que tenham as mesmas competências.

Do ponto de vista da administração tributária, não existe qualquer atividade que seja menos nobre ou mais nobre que a outra. Todas as atividades são fundamentais e devem ser exercidas por servidores pertencentes a uma carreira de Estado. Esta carreira é, no nosso caso, a carreira de auditoria tributária. Esses três cargos, com atribuições especificadas em lei, fazem com que a gestão, no âmbito da Secretaria de Fazenda, se torne bastante difícil e segmentada.

É importante dizer também que há um histórico de conflitos, vamos dizer assim, entre ocupantes desses cargos. Na gestão da Secretaria de Fazenda, o que está se fazendo não é em prol de uma categoria, de um cargo ou de outro, mas sim, em prol da Secretaria de Fazenda, tentando reorganizar a administração tributária, agora com a criação de um cargo único chamado auditor fiscal da Receita do Distrito Federal. É disto que trata o projeto de lei: a reestruturação da carreira de auditoria tributária com a criação de um cargo único de auditor fiscal da Receita Federal.

O próximo *slide* demonstra atualmente como são as atribuições dos três cargos existentes. A tabela demonstra na primeira coluna quais são os tributos de competência de cada um deles, e nas três colunas seguintes os agentes fiscais tributários, fiscal tributário, auditor fiscal tributário. Vejam, é lógico que eu estou falando da situação atual, em que, no caso dos tributos diretos como ITCD, IPVA, IPTU e ITBI, todos têm competência para lançamento. Todos os ocupantes dos três cargos têm competência para o lançamento. No caso do ICMS e mercadorias em trânsito, todos têm competência para lançamento, independentemente do porte da empresa.

Um agente fiscal, por exemplo, pode apreender uma mercadoria, lavrar um auto de infração de um grande contribuinte, desde que essa mercadoria esteja em trânsito, ou seja, não esteja dentro do estabelecimento desse contribuinte. No caso da auditoria dentro do estabelecimento, baseada na documentação fiscal, em papel eletrônico das empresas, nós temos uma segmentação: os agentes fiscais tributários e fiscais tributários têm competência de lançamento somente em microempresas e empresas de pequeno porte. Em empresas que não sejam microempresas e empresas de pequeno porte, a competência para fazer o lançamento é somente dos auditores tributários.

Um detalhe importante é que, no caso de julgamento de processos administrativos fiscais, a Lei nº 33, a lei atual que cuida dessa carreira, que é de 1989, é omissa com relação à atribuição para determinado caso. Ela diz que a atribuição de julgamento dos processos administrativos fiscais é de competência da carreira de auditoria, o que nos leva à interpretação de que qualquer ocupante da carreira de auditoria pode julgar qualquer processo administrativo fiscal. Nós chegamos à conclusão de que, por exemplo, um auto de infração lavrado por um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

auditor pode ser, em âmbito, em instância administrativa, julgado, apreciado por um servidor que não seja auditor tributário e seja, por exemplo, um fiscal tributário.

Atualmente, essa é a estrutura remuneratória dos três cargos. Na parte de baixo do *slide*, nós temos o agente fiscal tributário e o fiscal tributário. Essa estrutura foi aprovada pela Lei nº 4.355, de 2009. Percebam que o agente fiscal tributário e o fiscal tributário contam com três classes: B, que é a classe de entrada; A; e a classe especial, com uma remuneração variável de R\$ 12.296,00 (doze mil, duzentos e noventa e seis reais), remuneração de entrada na carreira, e uma remuneração final de R\$ 17.256,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta e seis reais). Não estamos falando, portanto, de servidores que exercem atividade supletiva. Estamos falando de servidores que têm uma remuneração de um padrão que poucas carreiras do serviço público federal ou estaduais ou municipais têm. Então, estamos falando de servidores que exercem uma atividade *top*, de topo no serviço público. Quero chamar a atenção para isso.

No caso dos auditores tributários, a lei estabelece uma única classe com três padrões: a entrada, de R\$ 18.213,00 (dezoito mil, duzentos e treze reais), chegando a R\$ 19.173,00 (dezenove mil, cento e setenta e três reais). Em aproximadamente um ano, o servidor progride de uma classe para a outra.

Um dos problemas que a administração da Secretaria de Fazenda vê com o cargo de auditor é que, em três anos, o servidor chega ao topo da carreira, progride ao topo da carreira, o que não condiz com uma boa prática para se privilegiar o crescimento, o desenvolvimento dentro da carreira daqueles servidores que se destacam, que se dedicam e que, portanto, têm mérito para se desenvolverem e chegarem definitivamente ao topo.

Em nenhum momento, a Secretaria de Fazenda propôs ou irá propor qualquer tipo de estrutura que limite o número de vagas em cada uma das classes, em cada um dos padrões. Não se trata disso. Mas para que o servidor público possa progredir, é fundamental que ele cumpra determinada carga horária de capacitação, cumpra as missões que são designadas a contento, ocupe cargos em comissão – a administração pública tem dificuldade de encontrar servidores que queiram ocupar cargos, porque nem sempre a retribuição é adequada ou atrativa – e não tenha qualquer tipo de punição do ponto de vista disciplinar. Essas questões, precisamos estruturar para o desenvolvimento da carreira, não só para a carreira de auditoria, mas para todas as carreiras.

Só para termos a clareza de como estão hoje enquadrados os servidores fiscais, agentes fiscais e auditores, a situação é esta: temos 173 auditores tributários que estão no topo da carreira. Não temos concurso para auditor, se não me engano, há mais de 17 anos. Isso não é bom para a transmissão de conhecimento, para a manutenção do conhecimento, isso não é adequado. Para a atividade da administração tributária, nós precisamos ter um concurso com uma periodicidade de,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

no máximo, dois a três anos, para termos efetivamente o ingresso de novas pessoas. O conhecimento nessa atividade é fundamental, o aprendizado é fundamental. Não é do dia para a noite, não é só com estudo ou teoria que o servidor se transforma num bom agente público, num bom auditor ou num bom fiscal. Então, é fundamental que tenhamos concurso com a periodicidade adequada.

Com relação aos fiscais e agentes fiscais, nós temos 343 na classe A-2, com a remuneração de R\$ 15.243,00 (quinze mil, duzentos e quarenta e três reais). Desses 343, 67 são agentes fiscais, e os demais são fiscais tributários. E temos três na classe D-3 com a remuneração de 13.037,00 (treze mil e trinta e sete reais). Essa remuneração é uma remuneração padrão. Nós não estamos agregando aqui os adicionais de anuênio, indenização de transporte. É importante dizer que, com o acréscimo dos anuênios, principalmente os anuênios, hoje 70% desses fiscais e agentes fiscais têm uma remuneração acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a remuneração que, efetivamente, têm bruta no seu contracheque.

O projeto de lei tem uma estrutura de remuneração para esse cargo de auditor fiscal da Receita do DF em que nós seguimos como referência a remuneração de entrada para o cargo de fiscal tributário, agente fiscal, R\$ 12.296,00 (doze mil, duzentos e noventa e seis reais) e o teto atual para o cargo de auditor, de R\$ 19.173,00 (dezenove mil, cento e setenta e três reais). Mas, com três classes e cada uma delas com o conjunto de padrões, que são cinco padrões, o servidor vai levar quinze a dezesseis anos para chegar ao topo da carreira. É essa a proposta de estrutura que a Secretaria entendeu adequada. E é lógico que a promoção de uma classe para a outra – está previsto que será definida em regulamento – prevê o merecimento, o mérito. Esses critérios precisam ser regulamentados. Então, esse é o cargo que está sendo proposto para se criar.

O que se pretende com isso? Primeiro, nós estamos criando mil cargos de auditor fiscal da Receita do Distrito Federal. Atualmente, nós temos menos de quinhentas pessoas efetivamente em campo para o trabalho. A nossa conta é de que precisaríamos, no mínimo, de setecentas pessoas para fazer uma boa gestão tributária no âmbito do Distrito Federal.

Também procuro utilizar os procedimentos de lançamento, arrecadação e fiscalização tributária com vista ao aumento de produtividade e maximização dos resultados. O contribuinte é um só. Se a mercadoria está em trânsito, está dentro do estabelecimento, o procedimento, o planejamento, a ação de controle de fiscalização de auditoria, o lançamento de ofício tem que ser também exercido por um conjunto de servidores que tenham as mesmas competências. Isso é fundamental.

Há quem defenda, por exemplo, que a atividade de trânsito não é mais importante. Vários estados acabaram. Nós entendemos o contrário: a característica do Distrito Federal é de uma unidade em que entram mais mercadorias do que saem. Nós temos um volume de créditos de ICMS que entram diariamente no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Federal correspondente a aproximadamente trinta a quarenta por cento da nossa arrecadação. Nós temos que ter um olhar para os créditos que entram diariamente, e os créditos que eventualmente não deveriam entrar, porque são créditos podres, oriundos de estados que dão benefícios sem respaldo do Confaz ou por meio fraudulento.

Nós temos que ter a capacidade de, desde a emissão da nota fiscal – e hoje é possível, dez minutos depois de uma nota fiscal ser emitida em qualquer canto deste País, ter acesso na base de dados da Secretaria de Fazenda –, a partir dessas informações, controlar a transferência dessa mercadoria, a entrada no estabelecimento, fazer uma fiscalização adequada, auditoria adequada e os lançamentos necessários. Essa atividade tem que ser integrada, e segmentar para o cargo A, B, C, D não é eficaz.

Racionaliza a gestão de recursos humanos, conferindo maior flexibilidade na alocação de servidores. O projeto de lei institui um programa permanente de capacitação destinado ao desenvolvimento desses servidores. Como eu disse, é uma atividade de alta complexidade, de alta responsabilidade. E nós precisamos formar essas pessoas continuamente.

Estimula o servidor a buscar o contínuo aperfeiçoamento, porque a meritocracia está presente. Harmoniza os interesses da carreira de Auditoria Tributária, favorecendo a união e a integração dos servidores, porque o clima de beligerância existente dentro da Secretaria de Fazenda não é de agora. É lógico que isso se acirrou com esse projeto, mas o clima de beligerância é muito antigo. E é importante pacificar, para que tenhamos um ambiente harmônico, para que os novos servidores entrem já num ambiente harmonizado, organizado e mais racional.

Nós restringimos a ocupação de cargos na administração tributária, na Subsecretaria da Receita aos servidores integrantes da carreira de auditoria. Ou seja, estamos dando a eles a responsabilidade de administrar. Isso também é profissionalização.

Entramos na questão do aproveitamento. Criado o novo cargo, aprovado o novo cargo com atribuições definidas na lei, o que fazemos com os atuais auditores tributários, fiscais tributários e agentes fiscais tributários? O que diz a Constituição? O art. 41, § 3º, diz que “extinto o cargo” — os três cargos estão sendo extintos — “ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo”.

Entendemos que não é racional simplesmente colocar o servidor em disponibilidade. Estamos falando, como eu disse, de um conjunto de servidores, e a grande maioria deles tem uma remuneração elevada, tem conhecimento, tem competência técnica e deve e tem similaridade de atribuições. Esse é o ponto que, talvez, seja o ponto da discórdia, porque estamos propondo o aproveitamento dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

três cargos – fiscais, agentes fiscais e auditores – no novo cargo de auditor fiscal da Receita do Distrito Federal. Há precedentes do ponto de vista do julgamento da constitucionalidade no próprio Supremo Tribunal Federal.

Há estados que não conseguiram fazer a reorganização da carreira de auditoria. Mas é importante dizer que a situação de cada Unidade da Federação é única. Precisamos, portanto, analisar a situação do Distrito Federal à luz das atribuições atuais dos cargos e também da proposição legal que está sendo apresentada.

Há premissa de identidade de atribuições. Estamos falando de todos os servidores que ingressaram na carreira por concurso público. Atualmente, desde 1999, os cargos de agente fiscal tributário e fiscal tributário têm exigência de nível superior. Essa exigência já foi apreciada em sede de constitucionalidade no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios com relação a essa lei. Não houve questionamento, não houve posicionamento contrário do Tribunal de Justiça com relação à legalidade de exigência de nível superior para os cargos de fiscais e agentes fiscais. Portanto, estamos partindo da premissa de que estamos tratando todos os cargos como de nível superior.

Quanto à compatibilidade remuneratória, nós estamos posicionando os servidores na nova tabela, pela proposta do projeto de lei, de acordo com a remuneração atual. Os senhores verificaram que, no caso dos cargos de fiscais e de agentes fiscais, o salário chega atualmente, de acordo com lei de 2009, muito próximo ao de entrada do cargo de auditor, que é de 17 e pouco, chegando a 19. Os fiscais e os agentes fiscais chegarão ao topo e poderão, depois, ser promovidos para outra classe de acordo com o projeto de lei. Essa eventual diferença de remuneração, que podemos dizer, acontecerá para aqueles que chegarem daqui a 5, 6 ou 7 anos, até o final da primeira classe para a entrada da classe especial. Não há, portanto, impacto remuneratório imediato.

Eu agradeço e estou disponível para qualquer pedido de esclarecimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Sr. Secretário Valdir Moysés Simão.

Concedo a palavra ao Exmo. Secretário de Estado e Administração Pública do Distrito Federal, Sr. Wilmar Lacerda.

SR. WILMAR LACERDA – Boa noite a todas e a todos.

Eu quero agradecer o convite da Câmara Legislativa do Distrito Federal para voltar a esta Casa, depois de eu ter passado os 8 primeiros meses de governo trabalhando na Coordenação de Assuntos Legislativos.

Eu quero saudar a Mesa em nome do Deputado Patrício; saudar o Deputado Raad Massouh; saudar o Secretário de Fazenda, Dr. Valdir Moysés Simão; saudar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Presidente do Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, Sr. Jomar Mendes Gaspar; saudar o Presidente do Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal, Sr. Jason Henrique Cares; e também saudar o representante dos concurreiros, Sr. Daniel Cayres.

Eu quero saudar as Deputadas e os Deputados presentes, os membros da galeria, os funcionários, os servidores da Secretaria de Fazenda, saudar todos os concurreiros e concursandos, porque o concurso está em plena fase de seu desenvolvimento. Saúdo a todos.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, falar primeiro que todos sabem como nós encontramos o Distrito Federal após a crise constituída de 2010. Um Estado absolutamente destruído nas suas estruturas, sem nenhuma política de recursos humanos, materiais, recursos financeiros. Um Estado desprovido de uma assistência, com problemas em várias áreas do serviço público. Podemos destacar o sistema de saúde pública, o sistema de transporte público urbano, a segurança pública, a educação, o próprio sistema fazendário, o próprio sistema de planejamento histórico do GDF, o que nos trouxe grandes problemas — problemas de um Estado que não cresceu em função da demanda existente.

Todos sabem que Brasília hoje conta com aproximadamente 4 milhões de habitantes, sendo 2 milhões e meio em Brasília e 1 milhão e meio no Entorno do Distrito Federal. Ao assumir o GDF, o Governador Agnelo e o nosso Governo tiveram, com esse quadro, que fazer uma reestruturação do Estado, criando novas secretarias, novas instituições, redistribuindo tarefas, redistribuindo recursos para que pudéssemos atender minimamente os anseios da população e prestar um serviço público de qualidade para a população do Distrito Federal, o que não vinha acontecendo ao longo dos últimos anos.

O servidor público no Distrito Federal não pode ser visto apenas como um trabalhador. O servidor público do Distrito Federal tem de ser visto como uma pessoa, um ser humano que presta serviços, que tem de ser aperfeiçoado, que tem de ter curso de formação, que tem de ter avaliação individual e institucional, que tem que cumprir o seu papel. Essa é a função e o desafio que temos no Distrito Federal.

O GDF está se reestruturando. Novas secretarias foram criadas: criamos a Secretaria da Criança, a Secretaria da Juventude, a Secretaria da Transparência. Redefinimos papel na administração central do Governo. Estamos reestruturando o Governo. Estamos reestruturando, Dr. Valdir, carreiras em todo o serviço público do Distrito Federal. Estamos fazendo assim com a carreira da educação, estamos fazendo com a carreira do Detran, estamos fazendo com todos aqueles que trabalham diretamente com mobilidade urbana. Vamos fazer no DFTrans, vamos fazer no DER, vamos reestruturar carreiras na área da saúde, vamos reconduzir os profissionais da área da saúde para que eles tenham salário e condições de trabalho para prestar um serviço público para a população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Ontem, estivemos com o Governador para reestruturar as carreiras da saúde pública, inclusive a carreira médica, em que vamos dar ênfase ao médico e a todas as carreiras da saúde pública. Estamos fazendo isso em toda a estrutura do Distrito Federal. Estamos consolidando uma série de leis no Regime Jurídico Único, e iremos conduzi-lo a esta Casa em breve, depois de uma avaliação do conjunto dos trabalhadores. O GDF já entregou a minuta às centrais sindicais, à CUT e ao movimento sindical.

Vamos consolidar uma política de saúde para o servidor público do Distrito Federal. Certamente, a partir de janeiro teremos uma política de plano de saúde para o conjunto dos servidores do Distrito Federal. Já estamos melhorando — e muito — o conceito e a avaliação que temos do serviço público.

Portanto, eu queria dizer, Sr. Presidente, que o PL que encaminhamos a esta Casa, o GDF, depois de fazer uma avaliação com o novo Secretário de Fazenda, a reestruturação da carreira fazendária... Quero dizer que, se não for a atuação da Secretaria de Fazenda, encontraremos muita dificuldade para, inclusive, contratar servidores daqui para frente no Distrito Federal, porque nós já nos encontramos num patamar que nos impossibilita de contratar servidores públicos no Distrito Federal em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já atingimos praticamente o limite máximo de 46,42% do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de um total de 46,55%, que é o limite.

Então, hoje nós estamos numa situação de muita dificuldade para inclusive contratar servidores na área da saúde, educação, segurança pública e também na estrutura fazendária. Nós aqui temos que reestruturar a carreira, fazer com que a Secretaria de Fazenda funcione plenamente para que a gente possa melhorar, aperfeiçoar o sistema de arrecadação no Distrito Federal, para que a gente possa crescer a arrecadação no Distrito Federal e distanciar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que vai nos dar condição de contratar novos servidores, que é o que vamos fazer no Distrito Federal.

Nós reestruturamos o Estado. Nós tínhamos praticamente 20 mil servidores comissionados na estrutura do GDF. Desde o início do Governo Agnelo, nós exoneramos todos os servidores. Nós estamos refazendo as nomeações e estruturando os órgãos. A ideia é que a gente tenha uma maioria de servidores públicos ocupando cargos comissionados no Distrito Federal. A ideia é a gente diminuir paulatinamente o número de servidores de livre provimento na estrutura do GDF, como já é feito no Governo da República, no Governo central, no Governo brasileiro, em que 75% dos cargos comissionados estão obrigatoriamente tendo que ser ocupados por servidores públicos federais. É isso o que a gente tem, esse compromisso aqui também no GDF.

Portanto, o PL nº 559, que reestrutura a carreira fazendária e que nós encaminhamos a esta Casa, nós o encaminhamos a esta Casa também para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

aperfeiçoá-lo, para melhorá-lo, para ser questionado, para ser amplamente discutido pela sociedade civil, pelos servidores da Casa, pela sociedade civil organizada, pelos trabalhadores, pelos sindicatos. Nós não nos colocamos contra absolutamente nada. Tudo aquilo que vier para ser aperfeiçoado, nós aceitaremos, acataremos e faremos o aperfeiçoamento do PL. Agora, o Estado não pode deixar de cumprir o seu papel. Interesses, como eu já havia falado, de corporações não podem se sobrepor aos interesses do Estado em nenhuma categoria, em nenhum setor, em nenhum lugar.

Nós temos, sim, que evitar que o Estado não cumpra o seu papel. O GDF cumprirá o seu papel. Por orientação do Governador Agnelo, nós vamos cumprir o papel para atender o conjunto da população do Distrito Federal. Estamos acabando com o cartel do sistema de transporte coletivo público de Brasília, resgatando a Fácil, resgatando o sistema. Estamos resgatando o setor de saúde pública do Distrito Federal, da privatização do setor de saúde pública do Distrito Federal. Vamos, sim, resgatar o planejamento, a organização do Estado para bem servir a população.

Portanto, nós estamos aqui fazendo um debate e eu queria chamar a atenção de todos os funcionários para que a gente pudesse, em um clima de absoluta tranquilidade, de absoluto distensionamento, fazer um debate franco, sincero, honesto para que a gente encontre a maior saída, para que o Estado cumpra o seu papel. Nós não vamos, de maneira nenhuma, oprimir ninguém, oprimir nenhum setor, oprimir nenhuma categoria, oprimir qualquer cidadão do Distrito Federal. Faremos o debate, vamos aperfeiçoar o projeto, e esta Casa tem dado demonstrações inequívocas neste ano de que, resgatando o papel desta Casa, aqui foram votados projetos importantes que mudarão a situação do Distrito Federal. Nós acreditamos que em decorrência da capacidade que têm os 24 Deputados que aqui se encontram, que aqui fazem um debate democrático, encontraremos um caminho harmônico, um caminho sério para que a gente possa estruturar esse projeto e encaminhar na Secretaria da Fazenda o que ela tanto precisa.

Eu queria dizer também aos concursandos que estão aí fora que é papel nosso e nós vamos dar continuidade ao processo do concurso público que está em andamento. Nós não vamos engavetá-lo, vamos procurar a segurança jurídica legal e vamos, sim, dar continuidade ao processo. Você pode ter absoluta certeza de que a Secretaria de Administração dará continuidade a esse processo, abrindo possibilidade de a gente renovar quadros, de a gente reestruturar a estrutura do Estado, não como vinha sendo feito, pois, quando faltavam funcionários, contratavam-se cargos comissionados para botar na estrutura do Distrito Federal, destruindo a concepção de um serviço público profissionalizado que a gente quer criar no Distrito Federal.

Portanto, Sr. Presidente, nós iremos, depois de cumprir esse papel, por orientação do Governador Agnelo, entrar num processo de avaliação da força de trabalho do GDF, nós iremos entrar num processo de avaliação de desempenho das instituições do Distrito Federal, de desempenho organizacional, de desempenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

funcional para que o GDF apresente os resultados que este Governo apresentou na campanha e a gente possa prestar um serviço a nossa sociedade.

Portanto, é um aperfeiçoamento, é tratar o servidor como ele deve ser tratado, com solidariedade, com carinho, melhorando salário, condições de trabalho, aperfeiçoar as instituições públicas, aperfeiçoar o papel do servidor público, formar o servidor público para que ele possa se aperfeiçoar continuamente e enfrentar os nossos desafios que essa sociedade moderna nos oferece. É esse o papel que estamos cumprindo na Secretaria de Administração e, certamente, com ajuda e contribuição desta Casa, eu acho que nós encontraremos uma saída para que a gente possa harmonizar os interesses da sociedade civil nesse PL, harmonizar os interesses do Estado e cumprir o papel da Secretaria de Fazenda.

Quero parabenizar aqui o Secretário da Fazenda pela sua experiência, pela sua condução, pela sua isenção, pela qualidade com que tem colocado esse debate, pelo profissionalismo com que tem encarado esse debate publicamente. E nós estamos aí para cumprir esse papel, ajudar a Secretaria de Fazenda a fazer e a cumprir esse papel, a reestruturar. Mas queremos deixar aberto a todos o debate, as concepções, os pontos de vista para que a gente aperfeiçoe, modere, para que a gente possa chegar à aprovação de um PL que venha ao encontro do interesse do Estado, ao encontro do interesse público, ao encontro do interesse coletivo.

É isso neste momento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Sr. Secretário de Administração, Wilmar Lacerda.

Ouvindo os dois secretários que representam o Poder Executivo, neste momento, então, passaremos a ouvir os representantes dos segmentos interessados.

Concedo a palavra ao Auditor Tributário, Presidente do Sindicato da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal – Sinafite/ DF, Sr. Jomar Mendes Gaspary.

SR. JOMAR MENDES GASPARY – Inicialmente, eu gostaria de saudar o Deputado Patrício, Presidente da Mesa, o Deputado Raad Massouh, o Secretário de Fazenda, Dr. Valdir Moysés Simão, o Secretário de Administração, Dr. Wilmar Lacerda, as Sras. e Srs. Deputados, o colega Jason Henrique Cares, o colega Daniel Cayres, concurseiro, o Dr. Rogério Macanhão, diretor da Fenafisco que se encontra presente, o Dr. Roberto Kupski, pela Febrafite, também presente, as Sras. e Srs. servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, os colegas da Secretaria de Fazenda, da carreira fazendária, da carreira de auditoria de controle interno e da carreira de auditoria tributária, as Sras. e Srs. representantes da imprensa, as senhoras e os senhores.

Eu sou auditor tributário admitido na Secretaria de Fazenda por concurso público em 1995. (Palmas.) Mas, antes de ser auditor, eu sou cidadão brasileiro e, principalmente, cidadão do Distrito Federal, onde eu tenho aqui enraizada a minha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

família, com muita honra e muita felicidade. Vimos um Distrito Federal destroçado, jogado na lama e que hoje está começando a ser reconstruído. E uma grande felicidade foi termos recebido como nosso Secretário de Fazenda um homem da Receita Federal, que conhece como nunca essa questão por que estamos passando no Distrito Federal, com relação à carreira de auditoria tributária.

Essa mesma situação já aconteceu em outros estados. Tivemos no estado vizinho, Goiás, a unificação. Lá tínhamos três cargos: Fiscal dos Tributos Estaduais I, Fiscal dos Tributos Estaduais II e Auditor Fiscal de Tributos. Criou-se o Auditor Fiscal da Receita Estadual. Houve briga, houve confusão, mas hoje vemos que o Estado de Goiás ganhou muito com essa unificação. Temos uma categoria fiscal lá muito forte, porque agora todos lutam do mesmo lado e no mesmo sentido, sem perda de tempo com coisas menores.

Vimos também a unificação no Estado de Santa Catarina. Tínhamos lá quatro cargos: Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria. Era similar à situação que vivemos aqui. Cargos, inicialmente, de concurso de segundo grau que foram passados para nível superior e depois unificados. Essa lei sofreu o controle de constitucionalidade, foi dita constitucional pelo Supremo Tribunal Federal e é uma das bases legais usadas pelo Secretário.

Fico muito feliz em poder falar depois do Secretário Moysés, porque essas partes técnicas e a parte administrativa já foram ditas por ele, e não preciso repetir. Eu, como auditor, quero deixar bem claro que essa questão não se trata entre auditores e fiscais. Essa é uma questão de auditor com auditor, auditores com o pé no futuro, com o pé na modernidade, com o pé na agilidade fazendária e no aumento da arrecadação.

A arrecadação do Distrito Federal tem crescido, mas poderia crescer muito mais se houvesse união, integração, se houvesse o que o Secretário e o Governo do Distrito Federal tiveram a coragem de implantar. Sabíamos que encontraríamos resistência, mas ela é pequena, muito pequena para o total de auditores tributários do Distrito Federal. Pergunto aos colegas o que eles perdem com a unificação, e o discurso deles é: inconstitucional. Eu não sou ministro do Supremo Tribunal Federal, quero deixar bem claro. Não sou sequer formado em Direito, mas sou engenheiro, contador e administrador e conheço muito bem lógica. A lógica, hoje, é pela unificação dos cargos da carreira de auditoria, para termos uma integração vertical, a fim de que tenhamos realmente uma carreira e possamos ajudar o Distrito Federal a conseguir os recursos necessários para a sociedade do Distrito Federal.

Precisamos aumentar a arrecadação, e não ficarmos preocupados com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Preocupados, sim, mas aumentando a arrecadação, os índices variarão todos em função dessa arrecadação. A nossa luta pelo aumento de arrecadação é um fator preponderante da necessidade desta unificação. Não podemos, de maneira nenhuma, imaginar o Distrito Federal tendo três cargos dentro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

de uma carreira, com atividades extremamente semelhantes, com pequenas diferenças, diferenças essas que causam vaidades dentro da Secretaria de Fazenda e trazem prejuízos para ela. Precisamos acabar com essas vaidades, precisamos voltar os olhos para o futuro, precisamos deixar o nosso salto alto em casa e partir para o lado da sociedade.

Convido qualquer um de vocês a ir agora ao Hospital de Base, neste momento, e verificar como está a situação. Está boa? Não, está muito ruim, mas já esteve muito pior. Está melhorando. Precisamos de recurso para a saúde, precisamos de recurso para a educação, precisamos de recurso para a segurança, precisamos de recurso para a contratação de mais servidores públicos para o Distrito Federal, a fim de acabarmos com a terceirização e colocarmos pessoas comprometidas com o Estado, pessoas essas que mantiveram o Governo quando em plena crise, no ano passado. Vocês são testemunhas de que, não fossem os servidores públicos de carreira concursados, que defenderam o Estado numa situação difícil, não saberíamos como estaríamos agora.

Precisamos fortalecer a carreira de auditoria tributária. Essa, eu conheço no seu âmago. Sei que essa unificação, hoje, é relutada por alguns colegas auditores como eu, mas no futuro vão me dizer: "Jomar, perdão. Você tinha razão."

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Sr. Jomar Mendes Gaspar.

Dando continuidade à discussão, chamo para fazer uso da palavra, também por 10 minutos, o Presidente do Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal – Sindifisco, Sr. Jason Henrique Cares.

SR. JASON HENRIQUE CARES – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Patrício; o Secretário de Fazenda; o Secretário de Gestão; o colega Jomar; o futuro colega Daniel, representante dos concurreis; os Srs. Deputados e os demais presentes e de agradecer a oportunidade deste debate, ainda que tarde, mas que com certeza que vai contribuir para elucidar os fatos.

Como o condão desse debate é o esclarecimento, eu queria, Presidente, pedir autorização para apresentarmos alguns *slides*. Vou passar a palavra para o colega Wilson, a fim de que ele faça uma apresentação breve aqui, que vai, com certeza, elucidar bastante a situação da nossa carreira.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, o Secretário Valdir Moysés, o Secretário Wilmar, o colega Jomar, o colega representante dos concurreis e os demais presentes.

Nosso tempo é curto. Vamos procurar ser bastante didáticos, bastante claros e cumprir aqui o nosso papel, que foi estabelecido na comissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Inicialmente, eu gostaria de dizer que nós, auditores tributários do Distrito Federal, entendemos que a reestruturação deve ser feita. Entendemos que a modernização deve ser feita, a racionalização deve ser feita e devemos ser uma unidade administrativa eficiente. Ninguém está discutindo isso. O que estamos trazendo são questões, como o colega Jomar explanou, constitucionais.

Entendo também que o controle de constitucionalidade, obviamente, é feito pelo STF e pelo TJ. Não há dúvida com relação a isso. Mas cabe a esta Casa, antes, também fazer a sua avaliação, porque um projeto de lei aqui aprovado com essas características poderá trazer consequências danosas, como já ocorreu. Vamos citar isso aqui.

Muito bem. O Secretário, ao apresentar o projeto, foi muito contundente, e realmente isso foi visível para todos, ao olharem a situação no momento. É você pegar as atribuições, a remuneração, o nome dos cargos no momento. Mas houve um trabalho para se chegar a esse momento. E é aqui que vamos esclarecer aos Srs. Deputados como essa arquitetura, essa engenharia, foi feita. É esse ponto que queremos esclarecer. Acredito eu, com a boa-fé do Secretário e da sua equipe de assessores, que eles não leram o parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Por quê? Esse histórico está descrito ali, e vamos trazer isso para vocês.

Originalmente, como foi explanado pelo Secretário, originalmente mesmo, tínhamos o cargo de Auditor Tributário, de nível superior, de Fiscal Tributário, de nível médio, e Técnico Tributário, de nível médio. Com o passar do tempo tivemos diversas leis, não vamos listar aqui, mas quero deixar claro que tudo que está sendo dito aqui está documentado e pode ser repassado tanto para a assessoria quanto para os Parlamentares.

Essas leis alteraram nível de escolaridade, alteraram atribuição, alteraram remuneração nessa carreira assim construída. E o advento maior para essa alteração foi, como dito aqui, a Lei nº 2.338, que nós, auditores tributários, também não temos a menor dúvida de que é constitucional. Não temos dúvida disso e vamos dizer por que agora.

O importante a notar nessa engenharia, nessa arquitetura que foi montada – que outras carreiras estão tentando e o Governador do Distrito Federal já entrou com ADI para impedir, vamos citar o número no final –, é que os cargos foram alterados. E cargo alterado significa cargo novo. O que define um cargo são as suas atribuições. Então, se há uma alteração na atribuição desse cargo, na exigência do seu nível de acesso, temos aí um cargo novo. Mas os servidores cuja exigência inicial foi nível médio, nos dois únicos momentos na história dessa carreira, que tentaram ascender ao cargo de nível superior, a inconstitucionalidade já foi decretada.

Nós não precisamos trazer exemplos do Ceará, nós temos o nosso exemplo em leis aprovadas por esta Casa. Inclusive tentaram unir, racionalizar os dois cargos que eram originalmente de nível médio: similitude, salário, tudo isso havia lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Entretanto, o STF disse não, o TJ disse não. Essas características que são colocadas aqui na carreira, de similitude e de atribuições, não existem e vamos mostrar aos senhores. Então, esses servidores em nenhum momento, esses que ingressaram de nível médio, em nenhum momento ascenderam a cargo de nível superior no Distrito Federal. Esse projeto de lei é que está fazendo isso.

Jurisprudência. Como eu disse há pouco, não precisamos citar jurisprudência de fora. Os estados que estão derrubando esse tipo de manobra, esses “trens da alegria”, estão utilizando a nossa jurisprudência. Temos aí a ADI nº 1.677, em que fiscais e técnicos de nível médio tentaram chegar ao mesmo cargo; temos a ADI nº 5.913, em que se tentou novamente a mesma coisa; e temos, além disso, cinco, seis, sete ações em que fiscais tentaram na Justiça ascender ao cargo de fiscal, e a Justiça disse não. Enfim, todas as tentativas de transposição, aproveitamento, unificação, reestruturação, modernização, racionalização, busca de eficiência ou outra forma de provimento derivado que equivalha a “trem da alegria” no âmbito dessa carreira foram apreciados e negados pela Justiça. Essa é a realidade jurídica nossa hoje.

Aqui as ADIs. Hoje a situação da nossa categoria, queiram ou não, é a seguinte: Auditor Tributário, de nível superior, cargo existente há mais de 40 anos, nunca sofreu uma ação na Justiça para questionar, nunca tivemos uma ação na Justiça. Agora me aparecem com um projeto extinguindo um cargo. Que justificativas teremos para extinguir um cargo que exerce as suas funções num projeto de lei que traz as atribuições de volta como eram? Se querem aproveitar, racionalizar, não faz sentido.

Agente Fiscal Tributário, de nível superior, com 204 pessoas; Agente Fiscal Tributário, de nível superior, para o qual ainda não houve concurso; Fiscal Tributário, de nível médio; Técnico Tributário, de nível médio. Por que eu digo isso? Porque a Lei nº 2.338 é constitucional, a Lei nº 2.338 alterou o cargo, mudou as atribuições do cargo, só que ela não deu provimento a ninguém, por isso que ela é constitucional. Ao contrário desse projeto que nós estamos vendo aqui.

Partindo do princípio que o parecer da Procuradoria é desconhecido, eu trouxe aqui, rapidamente, a conclusão. Ele é longo, didático, mostra como essa carreira veio evoluindo para chegar nesse ponto de desastre. Desastre construído para a gente chegar no dia de hoje.

Em caso de se deixar somente o cargo de Auditor, na carreira auditoria, ou com outro nome equivalente, impossibilidade de enquadramento no novo cargo dos atuais ocupantes do cargo de Agente Fiscal, Fiscal Tributário, inclusive aqueles ingressos no concurso de Fiscal da Receita, de nível superior. O que se confirma, mesmo que esse cargo ainda existisse, pois permaneceria diversidade em relação ao cargo de Auditor da Receita, equivalente ao Auditor Tributário. Significando, portanto, que somente os atuais ocupantes do cargo de Auditor poderiam enquadrar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

no novo cargo. Somos a favor da racionalização, mas o provimento tem que observar o ordenamento.

Outra falácia que dizem por aí: que existem somente 2% na diferença das atribuições dos auditores com relação aos outros servidores. Seria viável você falar em eficiência administrativa para fazer um projeto dessa magnitude, para colocar 2% para alguém atuar sobre 2% a mais? Não faz sentido. Na verdade, a diferença das atribuições não está somente no número das empresas que eu trago ali. Hoje são 132.977 empresas, sendo que a atribuição hoje dos agentes e dos fiscais é de aproximadamente 80 mil. Então, nós estamos falando de aumentar a atribuição em quase 100%. Isso aqui não é pular um córrego, não! É nadar o Atlântico todo de diferença de atribuição.

A atuação do fiscal no Simples Nacional se dá porque o Simples Nacional tem um regime de apuração diferenciado, simples: alíquota *versus* faturamento. Pagar vinte mil, como foi dito aqui, para alguém ver alíquota e faturamento. Isso é racionalizar? Na verdade, o que difere a atuação de um e de outro é o regime de apuração. Um é simples e o outro é normal. O regime normal de apuração envolve uma complexidade tremenda. Além disso, o Simples Nacional, quando é desenhado dessa situação por violar as regras tributárias, ele deve ser transferido para o auditor tributário. Então, na verdade, o auditor tributário tem competência sobre os 100%. Eventualmente, em uma atividade de fiscal sobre um Simples Nacional, desenhando essa empresa, deve ser redistribuído a um auditor que detém a competência legal para fazer.

Do ponto de vista da arrecadação, o regime normal de apuração, agora no mês de agosto, correspondeu a 52,30%. O ISS é 10,30 e o Simples a 2,5. Então, se nós estamos falando que a atuação dos fiscais, com essa alteração, a atribuição em termos de empresas, vai aumentar quase 100%, imaginem em termos de arrecadação. Então, a diferença de atribuição não é grande, ela é gigante. Ela não é pequenininha como estão fazendo os senhores acreditarem. As bases desse projeto de similitude de competência, de atribuição, de remuneração, de nível de escolaridade, essas premissas não existem na carreira, não existem.

Conclusões, para terminar. Há servidores cuja exigência para o ingresso no serviço público foi de nível médio e que nunca foram aproveitados em cargo de nível superior, mas estão sendo alçados ao nível superior por este projeto. A larga diferença das atribuições do cargo de auditor tributário face aos cargos de agente: o projeto prejudica a atuação do servidor público pertencente a uma carreira típica de Estado, pois sua independência de atuação reside fundamentalmente na autonomia do seu ingresso no serviço público, que é o concurso público. O apadrinhamento gera dependência em suas atuações, cujos prejuízos não sabemos.

O projeto elevou o nível de acirramento entre os servidores jamais visto na SEF, cujo arrefecimento, caso aprovado este projeto, só se dará após o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

pronunciamento na Justiça, ou seja, achar que um projeto dessa magnitude, em um piscar de olhos, vai trazer a paz, que o acirramento que era histórico vai deixar de existir, não é assim.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura de uma matéria que foi publicada no *blog* dos advogados da UnB. E uma pergunta que o colega Jomar colocou, e outros: quem ganha e quem perde com esse projeto? *Blog* dos advogados da UnB: "Quem perde com tudo isso? As instituições públicas, as quais herdarão as sequelas das lutas internas entre as carreiras; o sistema judiciário, o qual ficará sobrecarregado com ações de inconstitucionalidade; os cidadãos que optaram pelo concurso público para ingressar na carreira de servidor público; a democracia; a Constituição. Quem ganha com tudo isso? Os políticos, particularmente o Deputado Paulo Tadeu, o qual, independentemente do posicionamento do STF, herdará o estereótipo de político que promete o milagre da ascensão funcional sem concurso público para quase cem mil servidores públicos do GDF. Os servidores públicos que desejam mudar de um cargo hierarquicamente inferior, para os cargos do topo da carreira, com remuneração superior, sem se submeter ao concurso público, mesmo que seja uma vitória provisória, em função das ADIs que virão. E, finalmente, os sonegadores de tributos, os quais se beneficiarão com a fragilidade interna e com as sequelas na Secretaria de Fazenda, resultantes das lutas internas entre as carreiras, bem como também da insegurança jurídica que proporcionará o projeto."

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Agradeço as palavras do Presidente do Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal, Sr. Jason Henrique Cares.

Concedo a palavra ao líder e representante dos concurseiros, Sr. Daniel Cayres, por dez minutos.

SR. DANIEL CAYRES – Eu, como cidadão – desculpe a ignorância – posso pedir questão de ordem antes que comecem meus dez minutos?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Você vai usar a palavra por dez minutos. Dentro do seu tempo, você pode colocar. Você está na Mesa, como qualquer um dos que estiveram aqui, fazendo sua intervenção. Está aberto seu tempo de dez minutos, para sua intervenção.

SR. DANIEL CAYRES – Então pode tirar do meu tempo, porque eu acho isso importante: eu gostaria de pedir, mais uma vez, a V.Exa. que permitisse a entrada dos concurseiros que estão lá fora. O clima aqui está muito ameno, estão todos bem comportados, os fiscais também, e não há motivo para achar que as pessoas vão se matar aqui dentro. Eu confio neles. Se eu pudesse, eu me responsabilizaria por todos eles, nem a Constituição permite, mas se eu pudesse o faria, porque sei que eles vão ficar ali sentados, eles são todos muito bem educados, estudam há muito tempo por um concurso, e isso mostra caráter.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Então, eu peço, para eu não falar para ninguém, porque todos aqui têm a sua plateia e eu não, eu gostaria de pedir isso mais uma vez a V.Exa. Sei que V.Exa. está preocupado com as questões de segurança, e ninguém melhor do que V.Exa., que é policial, para falar disso, mas é um pouco triste, para mim, falar para ninguém. Eu gostaria de pedir, como cidadão, já que todo poder emana do povo, que eu tenha ouvidos aqui, e não só voz.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O senhor fez a sua questão de ordem, eu não vou descontar de seu tempo, mas esse assunto é matéria vencida, já iniciamos o debate, estamos na comissão geral, não vamos retroceder naquilo que foi discutido. A Mesa mantém o seu posicionamento, a Presidência também. Portanto, V.Sa. tem dez minutos para fazer a sua intervenção.

SR. DANIEL CAYRES – Vocês me desculpem, fica aqui o meu protesto. Desculpem-me os Srs. Deputados que se sentiram ofendidos, eu não quis dizer vocês não são ninguém, muito pelo contrário, vocês aqui são o foco do nosso pronunciamento, mas eu gostaria muito que minha plateia estivesse ali.

Solicito autorização para usar a apresentação do Secretário de Fazenda, Valdir Moysés, se ele não se importar. Eu achei muito produtiva, muito esclarecedora, e gostaria de usar também, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Pode usar, pode ficar à vontade.

SR. DANIEL CAYRES – Eu gostaria que as pessoas pudessem ver de lá, porque eu vou comentar sobre ela. A apresentação ficou muito bem feita. Vamos ver se é possível colocar o PowerPoint.

Eu gostaria de dizer aqui que acho injusta essa divisão, porque eu represento hoje 11 mil pessoas que estão inscritas nesse concurso desde novembro do ano passado. E ainda mais: eu represento o cidadão comum que será afetado pelas decisões que os senhores tomarem aqui nesta Casa. Então, é uma categoria muito maior do que todos os que estão aqui, auditores ou fiscais. É uma pena que eles não tenham acesso a este Parlamento.

Eu queria o PowerPoint porque vou começar falando da inconstitucionalidade do projeto.

O meu nome é Daniel Cayres, para quem não me conhece. Todos os Deputados já me conhecem, eu já falei pessoalmente com cada um deles. Inclusive, eu queria agradecer o tempo dispensado, todos foram muito gentis em receber a nós que não estamos bancados por nenhum sindicato. Nós não somos de nenhuma entidade. Eu queria dizer também que aqui atrás da nossa camisa realmente tem Sindifisco escrito, mas isso é porque somos uma categoria que não tem ninguém que a defenda, não tem quem possa bancar carro de som, não tem quem possa bancar faixa. Nós só estudamos, nós não temos salário para gastar com isso. Todos ali,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

independente de projeto de lei ou não, ganham mais de 10 mil reais. Então, nós aceitamos qualquer ajuda, sim, mas não somos auditores, não estamos com eles.

Nós só temos um objetivo: o nosso objetivo é o concurso. Se eles também querem, ótimo, mas o nosso objetivo é o concurso.

Eu sou formado em Direito pela Universidade de Brasília. Não sou nenhum *expert* no assunto, não sou Ministro do Supremo, assim como o Jomar disse, mas para mim é muito fácil ver a inconstitucionalidade desse projeto. Inclusive, qualquer leitura um pouquinho mais aprofundada também leva a essa mesma conclusão.

A Procuradoria Geral do Distrito Federal fez um parecer na mesma linha e ele foi ignorado. Eu tenho aqui um trecho da decisão do Supremo Tribunal Federal, já citada pelo colega, que deixa bem claro o que foi tentado no passado e que está sendo tentado agora. No texto da ADI-1677, nas palavras do Supremo: "Procede também arguição de inconstitucionalidade material do art. 3º da mesma lei distrital, porquanto ele determina que, nos novos cargos de fiscal tributário, haja o aproveitamento dos servidores dos cargos distintos de técnico tributário, sem, portanto, a prévia aprovação em concurso". Ou seja, os hoje agentes tentaram no passado passar para o cargo de fiscal, e isso já foi declarado inconstitucional; que dirá passar de agente a auditor, que é o topo da carreira?

O TJDF segue a mesma linha, porquanto já julgou diversas vezes pedidos individuais de fiscais que pleiteavam o cargo de auditor, e todos os pleitos foram negados. Inclusive, a lei que hoje rege as atribuições da carreira está sendo julgada e pode ser declarada inconstitucional a qualquer momento. Então, muita coisa ainda pode mudar.

Só que eu vejo nesse projeto de lei uma salvação, porque, se esse projeto de lei for aprovado, essa ADI que está lá perderá o objeto e pronto, morrerá. Ninguém terá dito nada. O Tribunal de Justiça não terá se pronunciado, nós teremos uma lei nova que terá criado um cargo novo e que só vai ser questionada daqui a anos.

O PowerPoint vai ser possível? (Pausa.) Tudo bem, eu vou continuar aqui. Eu gostaria muito porque ficou muito bom, mas eu vou tentar, aos poucos, passar o que foi dito.

Será um perigo para o GDF, na nossa visão, se essa lei for aprovada, por causa desse vício de inconstitucionalidade, porque se abrirá precedente. No ano passado, a carreira de gestor passou por um processo parecido. Hoje, nós temos gestores do DF. Estava preparado um concurso, o concurso não foi sequer lançado, os servidores foram aproveitados como gestores, e hoje o Ministério Público investiga essa transposição. Não é isso que queremos para uma carreira tão importante.

Já imaginaram o fato de todos os lançamentos que os novos auditores fizerem serem contestados por vício de competência? O que vai acontecer com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

arrecadação do DF, então? O Ceará hoje enfrenta esse problema. O Ceará está às voltas com uma maneira de não devolver o dinheiro que foi lançado pelos novos auditores, pois ocorreu um projeto de lei parecido e foi declarado inconstitucional. Se isso acontecer aqui, imaginem terem de devolver todo o dinheiro! O Distrito Federal já está no limite de gastos com pessoal. O que poderá acontecer então?

Eu peço aqui o apoio da Comissão de Constituição e Justiça, porque é, sim, dever de vocês analisar a constitucionalidade do projeto. Aqui não é o Judiciário, tudo bem, mas a CCJ tem o dever de não permitir que leis inconstitucionais passem.

Então, Deputados, por favor, em nome de todos nós concurseiros, em nome da sociedade, principalmente – o Deputado Olair Francisco, que é da CCJ, o Deputado Joe Valle, que estava aqui há pouco, mas não está mais –, eu peço a V.Exas. que, por favor, analisem com carinho essa questão.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, no ano passado, aprovou oito leis inconstitucionais. É a primeira no País. Eu tenho certeza de que, nesta gestão, tudo vai ser diferente. Muita coisa mudou desde o ano passado. Todo mundo acompanhou isso.

Quanto à racionalização que se propõe, infelizmente eu tenho de discordar de alguns tópicos, porque ele diz que não há aumento de custos. Alguém pode me explicar, por favor, como não há aumento de custos se todos, todos os servidores hoje estarão em uma carreira que alcançará o teto? (Palmas.)

Tudo bem. Não vai haver aumento neste ano, mas e no ano que vem? E daqui a dez anos? Eu vou ler aqui um artigo particularmente preocupante. O art. 17 deste projeto de lei diz: “O disposto nesta lei se aplica, no que couber, aos aposentados e pensionistas, especialmente no que concerne à denominação do cargo”.

O parágrafo 2º diz: “Para efeito do disposto no *caput*, observar-se-á em relação aos aposentados e pensionistas que possuem direito à paridade remuneratória a correlação prevista no Anexo III desta lei.” Ou seja, inclusive aposentados e pensionistas serão auditores. Isso não é aumento de custo? (Palmas.)

Desculpem-me se eu estiver falando alguma bobagem, porque eu não sou técnico desta área, mas não precisa também ser muito apurado para entender o que está escrito nesta lei. Porém, o mais importante para mim, é a causa que eu venho defendendo e representando: a do concurso público. Isso tudo eles vão discutir. Isso tudo o Judiciário vai discutir. E nós, que nos inscrevemos em novembro de 2010 para um concurso?

Quando o governo lança um concurso, ele faz um contrato com a população: preciso de servidores. Preparem-se, pois vocês farão a prova e serão chamados. É isso que se espera! O governo tem responsabilidades, não é como uma empresa privada que pode contratar ou não contratar. O governo, quando faz isso, ele tem o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

dever. Inclusive, o STF disse que o aprovado dentro das vagas deve ser nomeado. E eu estou pleiteando aqui não a minha nomeação, eu quero somente o direito de fazer a prova desde novembro de 2010.

Há pessoas – os Deputados conhecem pessoalmente as histórias de cada um que foram contadas nos corredores durante essas duas semanas –, junto comigo, que venderam as empresas que tinham, outras pediram exoneração de outros cargos públicos, porque R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), convenhamos, é um dos melhores salários do País. Isso deixa a pessoa em uma situação confortável para o resto da vida. É um projeto de vida.

As pessoas aqui estão estudando para não terem de estudar nunca mais. A gente quer desta Casa e do governo um comprometimento com os cidadãos, com os onze mil inscritos, de que o concurso não vai mudar. A gente quer do jeitinho que foi prometido no edital, pois, segundo o que foi conversado – passando o PL, nós faríamos o concurso – não interessa mais para muita gente. Doze mil reais é o que as pessoas vão entrar ganhando. Doze mil não interessam para muita gente, porque eles largaram salários semelhantes. Se eles soubessem que eram doze mil, não se inscreveriam no concurso. A gente quer o concurso da maneira que ele está.

Outra ressalva que eu faço é a seguinte: esse clima absurdo que vocês conseguiram na SEF – Secretaria de Fazenda –, os dois lados, não isento ninguém, nós não temos nada a ver com isso. Nada! Contudo, se vocês estão achando que, ao aprovar um PL, que quem era auditor vai esquecer quem era fiscal, e quem era fiscal vai esquecer quem era auditor, isso não vai acontecer. Infelizmente não vai! (Palmas.)

A SEF precisa de sangue novo, de ideias novas, de cabeça aberta. E eu não quero aplauso de nenhum dos lados. (Risos). Também não quero risadas de nenhum. Eu estou aqui para mostrar que nós temos a cabeça aberta e podemos debater. Ali não se debate mais. Um odeia o outro e acabou. Nós estamos aqui para debater.

Eu vou concluir. Os meus amigos tiveram vinte minutos, mas os meus dez estão ótimos. Eu deixo aqui o pedido: eu queria o comprometimento de alguém que pudesse falar para a gente, garantir para a gente o concurso da maneira como ele está. Não adianta a gente esperar PL, aprovação, isso pode levar muito tempo. Como é que as pessoas que têm filhos para alimentar vão continuar estudando sem ganhar nenhum real durante anos? A gente quer fazer o concurso agora.

E não venham dizer que esse PL não tem nada a ver com o nosso concurso, porque todas as vezes que ele foi suspenso – e vocês podem me corrigir, se eu estiver errado – existiu o nome, em todas as ações no TCDF, no Tribunal de Justiça, do Sr. Adalberto Imbrosio, que é advogado do sindicato. Se ele é advogado do sindicato, o sindicato tem alguma coisa a ver com isso! Então, por favor, deem a gente o direito de fazer a prova. Eu não quero ser nomeado, eu quero fazer a prova!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Se eu não passar, ótimo, eu estudo para outra coisa, mas eu quero fazer a prova. Só o que eu quero é isso!

Eu agradeço o apoio do Deputado Prof. Israel Batista, que ajudou muito a gente nisso; da Deputada Celina Leão, que brigou pela gente; da Deputada Eliana Pedrosa, que está fazendo muito por nós, muito obrigado; do Deputado Evandro Garla, que deu as primeiras dicas para a gente aqui dentro, muito obrigado também.

Deputado Rôney Nemer, desculpe-me se eu o ofendi, mas eu não quis chamar nenhum Deputado de ninguém, eu me referia a minha plateia. Você foi, inclusive, indicação de outros concurreiros, que disseram que você tem, sim, comprometimento com os concurreiros, por isso a gente procurou você também. É uma pena que alguns Deputados não estejam presentes, pois quando a gente conversava de sala em sala, eles diziam: "Na comissão geral a gente vai esclarecer tudo".

Espero que os Deputados que estão aqui deem valor ao meu ponto de vista, porque ele representa não o meu, mas o de onze mil pessoas que estão inscritas para esse concurso.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Encerramos os pronunciamentos da Mesa. Passaremos agora aos Parlamentares.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, Deputado Rôney Nemer.

Posteriormente, ao Deputado Chico Vigilante. Vou seguir a ordem e informar aos Deputados a ordem em que vão falar.

Deputado Rôney Nemer, o Deputado Chico Vigilante pediu para falar antes, porque ele vai precisar sair. Então, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, eu creio que o objetivo proposto por mim e pelo Deputado Rôney Nemer – depois, aceito por toda esta Casa – do debate para que as coisas ficassem esclarecidas, nós estamos alcançando. Porém, existem algumas questões que eu acho que têm de ficar mais claras ainda.

Primeiro, preciso dizer, pelo que eu conheço – e me responsabilizo pelo que eu falo –, que aqui não há projeto de interesse do Deputado Federal Paulo Tadeu. A primeira questão que tem de ficar clara é essa. Esse é um projeto de governo, e que vai ser discutido. Os Secretários estão prestando os esclarecimentos e, na hora oportuna, cada Deputado vai se posicionar de acordo com a sua consciência, em cima do conhecimento dos debates. Portanto, eu acho que é preciso a gente cessar com esse tipo de intervenções que são feitas, que não ajudam em nada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

E mais: acho que a OAB, entidade pela qual tenho o maior respeito, deveria estar muito preocupada com as questões internas dela, pois eles querem dar lição em todo mundo – de ver o Sr. Ophir Cavalcante toda hora falando –, entretanto não cuidam da casa própria! Eu sei que só a OAB do Distrito Federal tem mais de três mil processos de advogados que faltaram com a ética, e eles não fazem nada! Não julgam, não tocam para frente, não fazem absolutamente nada! E depois vem dar palpite, depois vem querer dizer o que o Poder Legislativo tem que fazer!

Eu respeito a OAB, mas não aceito esse tipo de insinuação que é feita no *blog* da OAB. Não aceito e protesto com relação ao envolvimento do Deputado Federal Paulo Tadeu nesse tipo de coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. V.Exa. foi sucinto, inclusive.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer e, logo depois, ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Boa tarde a todos, cumprimento a Mesa, a todos os Deputados aqui presentes. Cumprimento a galeria, a todos que compõem essa carreira, seja fiscal ou auditor. Aos concurseiros também, as pessoas que estão aí na luta.

Primeiro, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Eu sou concursado e sou a favor de concurso público para tudo. Para mim, até para obra pública tem que ter concurso público. Eu penso dessa forma. Tanto é que só no ano passado eu ajudei os concursados do DER, da Sedest, os auditores fiscais de atividades urbanas na especialidade meio ambiente e transporte, a Emater, a Ceb e vários outros. Várias reuniões. E ainda estou ajudando, como vocês encontraram.

Então, quando começam a colocar em *blogs* ameaçando, botando vídeo, querendo pressionar a gente para votar, estão dando um tiro no pé. E na hora que você começou a falar da juridicidade, que é nossa, o que eu disse naquele dia à Deputada Celina Leão, é que nós entendemos que há três poderes distintos: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E quando naquele dia ela disse que ia fazer já o Judiciário entrar, eu disse para ela que não precisava, porque primeiro tem que ser julgado aqui nesta Casa se é favorável ou contra. Mas eu disse: o mérito vai para a CAS, a Comissão de Assuntos Sociais, que julga o mérito, e a CCJ vai julgar a constitucionalidade, a juridicidade e a legalidade do projeto. Então, em momento algum eu disse que nós não vamos julgar isso aqui. Ao contrário, vamos julgar.

Mas, de forma política e oportunista, começaram a botar no *blog*, Deputado Patrício, vídeos meus do *DFTV* falando inverdades, colocando a minha honra em dúvida. Eu não admito isso. Então é o tiro no pé. É de uma imaturidade, e não fez só comigo, fez com vários Parlamentares desta Casa, e não é dessa forma que se constrói. Não entrem no jogo político.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Eu sou a favor do concurso público, sim. E vou defendê-lo sempre. Até porque fiz vários concursos, passei em várias coisas. Quando eu cheguei a Brasília, fui gritador de uma feira e foi por meio de um concurso público que eu entrei no serviço público. Depois, formado, fiz concurso para o GDF e entrei. Tenho o maior orgulho disso, sem nenhum demérito de quem não fez concurso e está como cargo comissionado. Também não vou querer falar que uns são melhores que os outros, porque odeio essa coisa de dizer que fulano é melhor que ciclano. E nem que quem não tem nível superior é melhor do que quem não tem. Até porque nós tivemos como o melhor Presidente da República uma pessoa que não tem nível superior. E para mim foi o melhor Presidente da República que nós tivemos, o Presidente Lula.

Então eu penso um pouquinho diferente. O ser humano vale pelas coisas que ele faz, não pelo que ele tem. É pelo que ele é, pelo ser, e não pelo ter. Eu só estou esclarecendo isso para que quem estiver escutando saiba bem claro que não adianta essa coisa de tentar ficar queimando Parlamentar. Não é com esse mérito. E serve para os concurreseiros, serve para os auditores, serve para os fiscais. Não é desse jeito que vai construir. Nós queremos aprovar nesta Casa o que há de melhor para a sociedade. É para isso que fomos eleitos. O que melhor otimizar para a sociedade e, efetivamente, o que é para a sociedade.

Sabemos, como eu disse aqui, o trabalho que essa categoria faz, porque o caixa do governo é do trabalho deles, desse que talvez vocês possam entrar. Agora, é preciso que seja feito de uma forma mais otimizada. Eu penso que esta comissão geral foi ótima para esclarecer. Ouvimos ponderações favoráveis, ponderações contrárias.

Eu gostaria de perguntar ao Secretário se, havendo a reestruturação, o concurso está garantido. Vai ter concurso da mesma sorte? Isso para mim é que é importante, que efetivamente tenha concurso. Viu, Secretário Wilmar Lacerda? E eu sei que o Partido dos Trabalhadores, a vida inteira, eu participei nesta Casa de dois governos vendo o PT na Oposição, e era sempre contra a terceirização e a favor do concurso público. Eu acredito que agora vai ter concurso público. Em momento algum eu vejo aqui essa coisa de dizer que não vai ter concurso público. Eu acho que tem que ter sim, até para oxigenar a carreira, porque muitos se aposentam. Essa é a grande realidade.

E mais: é muito ruim também chegarmos no topo. Na minha carreira, eu cheguei no topo dela. Você não ter perspectiva de crescimento é muito ruim. Eu vejo ali, não sei se tem alguém nesse topo da tabela, Secretário, que está lá no topo da tabela, lá em cima, se já está aproveitando. Na nossa categoria nós fizemos isso. Nós criamos novos níveis acima. Dá um problema complicado, porque quem se aposentou no último nível depois vem querendo ser mudado lá para cima também.

Por exemplo, se amanhã eu deixar de estar Deputado – eu não sou Deputado, eu sou agora auditor fiscal de atividades urbanas, esse é o nome do meu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

cargo –, se amanhã eu voltar para lá, desculpa, mas quando chegamos ao topo e não há para onde crescer, a dedicação não será a mesma. É difícil, porque o que nos move são os desafios, o crescimento, é fazermos o diferencial.

Eu acredito que nós aprovamos uma lei nesta Casa, há o projeto para poder ter não só aquele crescimento vegetativo, mas também para quem quiser se especializar, quem quiser se capacitar, obter uns aumentos diferenciados dentro da carreira, e isso é muito legal. Estimula todo mundo a crescer. Quem ganha com o nosso trabalho? A sociedade.

Eu não estou aqui para aprovar projeto para o Governo, até porque governo está governo. O Agnelo, Tadeu Filippelli e todos estão secretários, estão governo como estamos Deputados. Agora eu sou governo. Se eu fiz concurso público pago, independentemente de poder mudar, eu vou continuar, assim como todos os que estão na galeria, que são governo. Por quê? Porque os políticos passam, nós ficamos, principalmente naquele primeiro mês, janeiro, quando muitas pessoas são mandadas embora dos cargos, se demite todo mundo. Somos nós, que fizemos o concurso, que carregamos a máquina trabalhando até de madrugada, até 1 hora da manhã. Aí, ficamos muito tristes quando se monta um governo que não obedece aqueles 50% para os cargos de pessoas efetivas.

Graças a Deus, em nossa carreira, onde somos lotados, ultrapassamos o valor, beirando 80% de cargos comissionados. Há muitos servidores que já não querem mais. Há cargos que são privativos de carreira, Sr. Secretário, que não estão sendo ocupados porque não há auditor fiscal de atividade urbana que queira, porque graças a Deus conseguimos. Foi um trabalho muito legal. É muito importante a defesa da carreira, da categoria.

Eu só quero deixar bem claro, para finalizar minhas palavras, que sou super a favor do concurso público para tudo, não só para ingressar no cargo, até para fazer o projeto dessa 901. A minha briga é essa. Eu acho que deveria haver um projeto público para tudo. Essa coisa de dizer assim: "Ah, traz o Niemeyer para projetar não sei o quê". Eu acho o Niemeyer um avião, *show*. Mas acho que tem de haver concurso público. Se não for na Esplanada, no Conjunto, tem que haver concurso para qualquer obra pública. É isso o que eu penso.

Portanto, eu quero aqui, principalmente, deixar claro que em momento nenhum eu disse que quem irá julgar a juridicidade é o Judiciário. Eu só pedi à Deputada Celina Leão que temos de valorizar o nosso Poder. Antes de tomarmos uma posição, se alguém ficar insatisfeito amanhã com a decisão tomada por esta Casa, aí, sim, o Judiciário estará para isso. Mas antes de o projeto ser analisado por esta Casa, eu acho que era precoce e sem necessidade. Portanto, em momento nenhum eu disse que esta Casa não precisa julgar a juridicidade, até porque não sou advogado. Sou arquiteto. Mas fiz parte da Comissão de Constituição e Justiça e já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

estou no terceiro mandato. Logo, eu já aprendi um pouquinho. Tenho muito a aprender ainda.

Eu quero deixar claro que não é entrando em nossos *e-mails*, em redes sociais para falar mal de João, Maria, Pedro ou de qualquer Parlamentar desta Casa que se construirá alguma coisa boa para a sociedade. Mas, sim, vindo ao debate, mostrando a cara, e não ficar com subterfúgios, jogando coisas levianas contras as pessoas, porque a nossa honra, nós também vamos à Justiça para garanti-la.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lideranças, assessores, imprensa, servidores da Secretaria de Fazenda, concurseiros, eu creio que o melhor momento, talvez, não fosse hoje, mas é o momento que estamos vivendo.

A minha primeira fala, Sr. Presidente, vai em direção ao próprio concurso público. Eu creio que esse compromisso, que inclusive nós registramos por intermédio de uma moção de minha iniciativa para que pudéssemos dar celeridade e, infelizmente, a própria Justiça entendeu, obstruiu; houve, inclusive, movimentações políticas dentro do próprio Tribunal de Contas para que fosse postergado o interesse de absoluta relevância para a sociedade.

Eu creio que é um prejuízo enorme termos a demora dessa conquista, que é uma conquista da maior relevância para toda a cidade, dado o número extremamente pequeno de auditores e, até mesmo, de fiscais que a Secretaria da Fazenda tem para fazer frente a sua responsabilidade.

Sr. Presidente, sei que V.Exa. foi respaldado por uma decisão da Mesa, mas lamento a ausência dos concurseiros. Eu não quis interferir porque V.Exa. já tinha registrado. Seria um estica, encolhe, e não seria pelo constrangimento que eu iria convencê-lo. Mas lamento, porque acho que eles são parte, como é parte toda a sociedade.

Nós estamos diante de um assunto difícil, mas é preciso termos claro que o interesse público tem que estar acima de qualquer outra ingerência. Quero registrar que não tenho opinião formada, mas eu tenho temeridade, realmente eu tenho temeridade. Por quê? Porque até hoje está em curso a legislação que estabelece as atuais atribuições, que tiveram concursos diferenciados. Sei que é uma questão que remete a um processo de avaliação de complexidades distintas. Não tenho nenhuma dificuldade de entender que, em função de a legislação tributária ter um processo cada vez mais complexo, a atividade de fiscal é uma atividade merecedora do nível



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

superior. Agora, também tenho a absoluta clareza de que concursos diferentes são para carreiras diferentes. Disso, não tenho dúvida.

Eu estou hoje numa função de governo, que é de falar aqui em nome do Governo. Portanto, vou buscar o entendimento do Governo e a aferição que sinto dentro da Casa. A minha leitura é que o Governo não encaminhasse essa matéria – e falei isso, V.Exa. é testemunha –, por conta de um segundo semestre sobrecarregado, com matérias extremamente necessárias. Não é somente a lei do Orçamento, não. Estamos, hoje, próximo a trinta projetos. Estamos apreciando matérias de ordenamento territorial que foram apreciadas no ano passado. A cidade ainda não está convencida do que foi aprovado, que precisa ser corrigido. Portanto, é uma questão que, neste momento, veio trazer para nós, confesso a V.Exa., enormes dificuldades. No entanto, é meu dever adentrar no debate.

Agora, Sr. Presidente, digo, olhando nos seus olhos, como digo a qualquer cidadão e a qualquer Deputado, que a Procuradoria do Distrito Federal é parte no processo e não pode deixar de ser ouvida. Considero isso relevante.

Como eu disse, não sei ainda qual vai ser meu voto, mas tenho deveres e responsabilidades. Por isso, naturalmente, seremos julgados, independentemente deste ou daquele que aplauda ou que venha a vaiar. Agora, a minha consciência vai se nortear, sobretudo, pelo interesse público.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, eu gostaria de passar minha vez de usar a palavra para o Sr. Roberto Kupski, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, porque ele tem um vôo agora e não pode aguardar. Por esse motivo, cedo-lhe o horário da minha fala.

Quero também registrar que ainda não tenho uma posição definitiva e que o fato de estar cedendo a minha fala não quer dizer que eu já tenha feito a minha opção.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputada Eliana Pedrosa.

Passamos à palavra ao Sr. Roberto Kupski.

SR. ROBERTO KUPSKI – Boa noite a todos. Boa noite, Deputado Patrício, Presidente desta tão importante Casa Legislativa desse nosso Distrito Federal. Eu quero agradecer a Deputada Eliana Pedrosa. Realmente eu fico muito satisfeito em poder saudar todos os nossos colegas auditores; nossos colegas fazendários; nosso Secretário da Fazenda, Sr. Valdir Simão; o Secretário Moysés, da Administração; o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

colega Jason, Presidente do Sindifisco; Jomar, Presidente do Sinafite; o concursário Daniel, que lidera o grupo; Jason, Presidente da AAFIT, filiado à Febrafite; e o Primeiro Vice-Presidente da AAFIT do Distrito Federal, Leandro Jacunda.

Eu quero dizer que nos preocupa muito esse projeto. Essa é uma questão que tem atingido alguns estados brasileiros. Efetivamente nós temos que ter uma segurança jurídica para exercer esta carreira de Estado. Não segurança jurídica só para os servidores, mas segurança jurídica para os próprios contribuintes. Quem vai poder lançar os contribuintes? Decisão de quem somente é para esse lançamento, que é o principal ato do auditor fiscal. Isso deve, sim, ser conquistado, conforme prevê a lei de estruturação da carreira, por concurso público. Preocupa-nos, Secretário Valdir, que, quem sabe no futuro, outro Secretário da Fazenda também venha a entender que devemos juntar os outros cargos da Secretaria, a carreira de técnico fazendário, a carreira de auditor de controle interno, por uma decisão quase unilateral.

Esta é a Casa para tomar a decisão. Esta é a Casa que pode discutir e, quem sabe, postergar efetivamente a apreciação deste projeto.

Secretário, Presidente, Deputado Patrício, eu quero dizer que nós temos duas ações diretas de inconstitucionalidade aguardando julgamento do plenário do Supremo Tribunal Federal. No Estado da Bahia e no Estado do Tocantins, justamente por manifestação da Procuradoria Geral da República e por manifestação já acontecida na ação da Advocacia Geral da União, consideraram inconstitucionais dois projetos similares a esse que se encontra nesta Casa e que vêm na linha de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.857, do Ceará, julgada no final de 2008 e publicada em fevereiro de 2009.

A do Tocantins, vou ler uma manifestação da PGR constante desse processo: "Demonstrada, portanto, a ocorrência de provimento derivado de cargos públicos e a consequente burla ao princípio do concurso público. Indubitavelmente há de ser aplicada, no caso em apreço, igual entendimento ao que foi externado pelo tribunal quando do julgamento da ADI nº 3.857", que é do Ceará e de que leio a pequena ementa: "Embora sob o rótulo de reestruturação da carreira na Secretaria da Fazenda, procedeu-se, na realidade, à instituição de cargos públicos, cujo provimento deve obedecer aos ditames constitucionais".

Sr. Presidente, há necessidade de postergar essa decisão, essa aprovação se for o caso, a votação desse projeto. Vamos aguardar a decisão do Supremo em dois casos similares nos quais, repito, o Ministério Público e a AGU já se manifestaram contra, dizendo que são inconstitucionais.

Para encerrar, eu quero agradecer a oportunidade em nome de todos os auditores fiscais tributários do Brasil e em nome de todos os servidores fazendários. Valorizar o concurso público é uma garantia para a sociedade. Eu quero agradecer a todos os parlamentares e dizer que, ontem, o Brasil comemorou os 23 anos da sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Constituição Federal. Eu acho que esta Casa pode prestar uma homenagem a essa Constituição cidadã garantindo o ingresso na carreira por concurso público, preceito afirmado na nossa Constituição cidadã.

Reitero que a Federação está pronta para o diálogo com todas as esferas de Governo para discutir o que é melhor para a nossa Secretaria.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Sr. Secretário, eu cumprimento a todos cumprimentando o Sr. Presidente.

É um debate muito importante esse que se faz nesta Câmara. A comissão geral elucida muitos aspectos do debate. Eu acredito, Sr. Presidente, com todo o respeito, que esse é um assunto que não tem apenas dois lados, e por isso lamento a ausência dos concurreseiros aqui. Acredito que a medida tenha sido inadequada, principalmente porque fizeram mais barulho do lado de fora do que teriam feito aqui seguramente. Eu os conheço e sei que, quando temos diálogo, eles se comportam adequadamente no ambiente que estiverem, mas, como foram calados, tinham que gritar mesmo, e têm todo o meu apoio. Não se pode amordaçar a sociedade civil de modo algum, ainda mais os mais fracos, aqueles que não têm salário no final do mês e que estão estudando para um concurso.

A sociedade, especialmente a de Brasília, já reconhece nos concurreseiros uma classe influente, importante e que deve ser respeitada, porque embora não tenham salário, têm um objetivo de vida, e esse objetivo é muito construtivo.

Sobre a fala do Daniel Cayres, representante dos concurreseiros, eu creio que, pela inexperiência, ele tenha sido infeliz em algumas de suas colocações, mas dessa inexperiência dos jovens eu entendo muito bem, e isso não é defeito, juventude é força, não é doença.

Eu queria dizer que, como o terceiro lado não foi escutado, eu vou fazê-los escutar. Criaram uma dicotomia que não existe. Está se falando de uma reestruturação como se, dentro desse debate, não tivéssemos que nos atentar que o Estado anunciou à sociedade que haveria um concurso. Isso foi feito no final do ano de 2010, e nós queremos satisfação, os concurreseiros querem satisfação, e eu, como Deputado, quero satisfação. Com esse concurso, o que vai acontecer? Esse concurso, Sr. Secretário, foi marcado em edital, esse concurso definiu um vencimento e, diante desse vencimento, esses concursandos abandonaram as suas vidas porque fizeram um cálculo absolutamente pessoal, amparados por uma decisão do Estado. O Estado agora precisa respondê-los, e nem nesta Casa permitiu-se a entrada deles. Então, isso foi lamentável, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

O Governo do Distrito Federal tem que responder a esses concurseiros, como fica a vida deles, porque de certo que, com o salário proposto pela reestruturação, esses concurseiros não teriam feito as escolhas que fizeram. Essas escolhas foram feitas e é preciso dar uma resposta a eles. Não tenho dúvidas de que a reestruturação possa ser boa. Aliás, os argumentos do Sr. Secretário foram bons, muito bons. É um homem muito preparado. Como se disse aqui sobre o senhor: é um avião no Governo. Maravilhoso, parabéns! Mas é muito importante que esse aspecto não seja diminuído.

Existe um terceiro aspecto, e nesta comissão geral esse terceiro aspecto foi ignorado pela decisão da Mesa. Foi ignorado, disso não tenho dúvida. Se o aspecto concurso público marcado pelo Estado não for trazido à tona, esse debate não será um debate realmente democrático, porque há uma terceira parte prejudicada, que é a parte mais fraca, é a parte mais jovem, é a parte mais inexperiente, é a parte que muitas vezes fala algo que não é adequado na Mesa, e isso não serve, Deputado Rôney Nemer, para que sejam crucificados de modo algum. São inexperientes, e isso é natural, e também a maior parte.

A Anpac, quando me telefonou para tratar desse assunto, deixou muito clara a sua preocupação de que num debate como este não fossem escutados os estudantes de cursinho, e é uma parte da sociedade muito bem organizada que precisa ser escutada, porque na hora das eleições ela obtém o respeito das pessoas, principalmente dos políticos. Isso não deveria ter acontecido. É lamentável! Tinham de ter entrado aqui, mas não foi por falta de aviso que a Mesa tomou essa decisão inadequada.

Eu acredito que, enquanto não dermos uma resposta sobre o concurso público, conforme anunciado pelo Estado em novembro de 2010, esse assunto não vai para frente. Eu soube de pessoas que abandonaram o emprego, que fecharam empresa. A decisão que o concursando toma é amparada no edital, que é uma informação sempre fidedigna, porque é uma informação dada pelo Estado. É oficial. Nós precisamos de respostas sobre isso, e esta comissão geral fica prejudicada na hora de dar a resposta, de ouvir um terceiro lado, porque simplesmente não deu voz a esse terceiro lado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista. Vou passar a palavra ao Deputado Raad Massouh e depois ao Deputado Washington Mesquita. No final, farei uso da palavra, Deputado Prof. Israel Batista, e eu gostaria que V.Exa. aguardasse para que eu possa responder a cada item colocado em sua intervenção.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, boa noite a todos. Eu, da mesma forma que aconteceu com a Deputada Eliana Pedrosa, fui procurado e me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

pediram que, se possível, abrisse mão do meu pronunciamento para que fizesse o pronunciamento o Sr. Rogério Macanhão. Eu, como já tenho minha opinião formada para o dia da votação, gostaria de também abrir mão, independentemente de estar de um lado ou de outro, de um dos três lados. A minha opinião já está formada, mas isso não quer dizer que seja de um lado ou de outro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Sr. Rogério Macanhão. O senhor tem 5 minutos.

SR. ROGÉRIO MACANHÃO – Obrigado, Deputado, pela oportunidade. Quero cumprimentar o Deputado Patrício e, fazendo isso, estendo a todos os membros desta Casa de Leis que, com muito esmero, se propõe a debater um projeto de interesse da sociedade como um todo.

Quero dizer que estou falando aqui em nome da Federação Nacional do Fisco – Fenafisco, que está presente nas 27 Unidades da Federação brasileira. A Fenafisco tem representantes filiados de todos os estados do País. Hoje representamos mais de 37 mil fiscais estaduais do Brasil.

Quero dizer que também já fui ex-concurseiro. Passei em vários concursos do estado, no Fisco Federal, e fiz a opção final de ficar no Fisco do Estado de Santa Catarina. Sou auditor do Estado de Santa Catarina, hoje Diretor Parlamentar da Federação Nacional do Fisco. Já fui por duas vezes presidente da Fenafisco e também fui professor de cursinho, de universidade. Fui professor de cursinho que preparava para concurso público.

Quero iniciar parabenizando o Governo do Distrito Federal, em especial o Secretário Valdir Moysés Simão. Parabéns, Secretário, pela iniciativa, por um projeto importante para o Distrito Federal, para a sociedade. É um projeto que se propõe a organizar a carreira do Fisco, mas, mais que isso, se propõe a modernizar a administração pública. Isso é o mais importante nesse projeto.

Quero dizer que precisamos, sim, melhorar muito o Fisco do Distrito Federal. Eu conheço os 27 fiscos. Para chegar a este evento, a esta comissão geral, eu saí de um evento no Amapá. Eu vim aqui porque os colegas me solicitaram. Nós estávamos lá debatendo diversas questões. Já rodei o Brasil todo, conheço como estão organizadas as carreiras nas 27 unidades da Federação, e eu digo que o DF sempre foi uma calamidade, um Estado mal organizado, um Fisco que precisava melhorar muito! Hoje, a gente vê a iniciativa dessa melhora. Esse projeto é o início da melhora do Fisco do DF, indiscutivelmente.

Nós precisamos atender o art. 37, XXII, da Constituição Federal, que trata a Administração Tributária como órgão essencial ao funcionamento do Estado. Ele fala da integração do Fisco, coisa ausente aqui no DF. Essa integração está calamitosa no Estado. Precisamos melhorar, e esse projeto tem essa tendência, sim. Nós precisamos tratar esse projeto de uma forma que venha atender a sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Quero dizer que, pela visão e pela explanação do Secretário, pela experiência que eu tenho de projetos que trazem unificação de Fisco, esse projeto está esmerado na legalidade, sim, Secretário, não tenho dúvida desse aspecto, na impessoalidade, porque todos fizeram concurso público. Esse é um projeto em que não há ninguém que veio em trem da alegria, não, porque todos tiveram que passar por concurso público. Ao mesmo tempo, Secretário, eu posso dizer que defendemos concurso público, sim, e devemos defendê-lo. Esse projeto não está ferindo isso.

Aí eu posso trazer o exemplo do meu Estado. Eu sou auditor no Estado de Santa Catarina, e lá a situação é totalmente semelhante à do DF. Se pegarmos o projeto de lá, na sua integralidade, dá para comparar com esse projeto aqui do DF. A essência do Fisco é o lançamento do crédito tributário, é o que está lá no art. 142 do CTN. Todos aqui fazem lançamento do crédito tributário.

Unificar essas carreiras é trazer organização para o Fisco. Acima de tudo, a gente não pode privilegiar segmentos, nós temos que dar amplitude ao trabalho da administração pública. Esse projeto assim o faz. Na ADI que foi discutida, que foi debatida no Estado de Santa Catarina, o Supremo já decidiu que a carreira lá foi constitucional. Por quê? Porque ela está parecida, está no mesmo nível e na mesma semelhança da carreira do DF. Falava-se em similitude de atribuições. Vemos claramente isso, porque ele não está trazendo técnicos, todos que está trazendo são fiscais. Remuneração com uma grade hierárquica: isso é muito bom para uma carreira, pois carreira tem que ter hierarquia, hierarquia funcional, hierarquia de crescimento. Sem hierarquia não há crescimento dentro da carreira. Isso faz mal para o País.

E o nível superior, mesmo que não tenha havido concurso que estabeleceu, que aprovou, mas a partir da hora em que se atribuiu à carreira esse nível superior, assim se valeu lá no Estado de Santa Catarina, nos mesmos moldes, porque também não houve concurso para nível superior para as carreiras que adentraram, e lá valeu. O Supremo assim entendeu. Eu quero dizer que o Estado de Santa Catarina ganhou, e ganhou muito, quando ocorreu a unificação das carreiras lá. Houve um *upgrade* no Estado que foi fabuloso – aumento de arrecadação, organização, disciplinamento das atribuições. Aí eu posso dizer claramente que o Estado e a população ganharam. O concurso público passou a existir. Até então não havia concurso, era muito difícil concurso público. Após a unificação das carreiras, já saíram dois concursos. E hoje a gente vê lá um sistema informatizado no mesmo nível da Europa. Esperamos que o DF assim possa fazer valer.

Eu quero encerrar dizendo — o meu tempo está se esgotando — que nós temos que comparar realidades semelhantes, temos que comparar o DF com Santa Catarina. Não podemos comparar com o Ceará porque o Ceará, se analisarmos o que aconteceu, e nós acompanhamos toda a ADI nesse Estado, trouxe servidores de outras secretarias. Ele unificou motorista com fiscal. Aqui, não. Aqui é fiscal com fiscal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Então, eu quero, com isso, encerrar dizendo que, com certeza, nós vamos trazer aperfeiçoamento para esse Fisco. O Brasil vai ganhar. Os concursos públicos, em todos os lugares em que houve unificação de carreira, ocorrem com muita frequência: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina. Aqui no DF, 17 anos sem concurso público.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, por meio do qual cumprimento toda a Mesa, galeria aqui presente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar quero me solidarizar com o Deputado Rôney Nemer. Eu também, Deputado, não votarei por pressão nenhuma, seja de qualquer entidade, seja de qualquer sindicato representativo, seja dos meus familiares que são auditores. Votarei com a razão, com a minha consciência e com a constitucionalidade. Jamais fugirei à constitucionalidade! (Palmas.)

Para tanto, vou esperar o parecer da CCJ, que tem como Presidente o Deputado Chico Leite, que é uma pessoa preparada, uma pessoa dinâmica, uma pessoa que, tenho certeza, saberá conduzir esse processo para trazer esse relatório a Plenário.

Sou inteiramente a favor dos concurreiros, sou inteiramente a favor das pessoas que se prepararam dia a dia, hora a hora, perdendo o sono, abdicando e abrindo mão do seu lazer, do seu convívio familiar para pleitear justamente esse cargo. Se o projeto que vem do Executivo, no Capítulo I, art. 3º, quer criar mil cargos, ótimo. Se temos hoje em torno de 365 fiscais e agentes, e mais ou menos 255 auditores ou um pouco menos, que se lance o edital com a diferença para cobrir esses cargos. Uma coisa caminha paralelamente à outra.

Secretário Valdir Simão, ouvi a explanação de V.Exa., por quem tenho profundo respeito, um carinho. O GDF está bem representado na sua pessoa, na pasta que V.Exa. ocupa. Ainda não tenho a consciência formada em relação ao impacto, em relação ao orçamento do Distrito Federal. Pode ser que neste momento este impacto não venha acontecer, mas conseqüentemente acontecerá daqui a 5, 6 ou 10 anos. Então, eu e minha assessoria vamos aprofundar nesse tema. Para mim foi de extrema relevância essa comissão geral.

Finalizando o que eu tinha a dizer, Presidente, esperei até as 18h47min19seg para dizer o seguinte: infelizmente os 24 Parlamentares não fizeram parte desta comissão geral. Será que os outros Parlamentares têm consciência para votar com plena exatidão a favor ou contra esse projeto? Os 24 Deputados teriam que estar em plenário. Quero parabenizar os que dispuseram do seu tempo, até porque é nossa função e nossa obrigação. Somos eleitos para representar o povo, defender o povo, a sociedade em si e dar o nosso voto consciente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Muito boa noite, Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, todos que estão presentes no plenário e também na galeria.

Quero parabenizar pelo debate ambos os lados. Temos de estar atentos a esse tema porque, como o Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo, falou, isso também me traz um pouco de temeridade. Ainda não tenho opinião formada.

Eu gostaria de sugerir à Mesa que todos os *slides* apresentados fossem disponibilizados a todos os Parlamentares, para debatermos também com as nossas assessorias e conversarmos com aqueles que assim quiserem.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao representante do Sindifisco que fez a apresentação, não sei se ele está presente. Posso estar errado na minha interpretação, mas ele informou na sua fala que concordava em relação à parte da reestruturação, mas não entendi a sugestão do Sindifisco. Não sei se existe, mas eu gostaria de tentar porque na fala dele não consegui ouvir e entender qual seria a sugestão do Sindifisco em relação a isso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Evandro Garla, por ter feito uso da palavra. O Deputado Olair Francisco não se encontra. A Deputada Celina Leão também não se encontra.

Solicito à Assessoria de Plenário que colha 5 inscrições para fazer uso da palavra por 3 minutos cada um, em função do adiantado da hora. Depois, a Mesa tem que fazer as considerações. Temos também o lançamento da Frente Parlamentar da Copa de 2014 daqui a pouco, com a presença do Governador.

Carlos, por favor, colha as 5 inscrições, para que cada inscrito use da palavra por 3 minutos, e possamos continuar com o debate.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, antes que V.Exa. bata em mim, tenho que rever a minha fala. Na verdade, o direito de fala foi franqueado aos concurseiros. Eu bati forte e sei que, se eu não fizesse essa retratação, V.Exa. iria bater mais forte. Então, quero dizer que, realmente, foi dado o direito de fala a eles. Só me chateou o fato de eles não terem podido entrar aqui.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Prof. Israel Batista, pode ficar tranquilo, que não vou bater nem falar nada. Estou muito tranquilo.

Carlos, já há alguma inscrição? (Pausa.)

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Duarte, concurseiro.

SR. PAULO ROBERTO DUARTE – Boa noite a todos os presentes. Boa noite, Exmo. Sr. Presidente.

Fui servidor público federal durante 5 anos e pedi exoneração do Ministério da Cultura, a fim de estudar para este concurso, que está na praça desde 2010, como foi relatado pelo Deputado Prof. Israel Batista. Na prática, esse PL está prendendo o nosso concurso. Não estamos tendo oportunidade de argumentar nem de sermos ouvidos, para que este concurso continue pelas autoridades competentes. O meu pedido é para o Secretário de Fazenda, para o Secretário de Planejamento e também para o Governador Agnelo: firmem o contrato, como já foi firmado em edital público, de que este concurso vai prosseguir do jeito que foi colocado em praça, com a remuneração respectiva. O cargo não é de A ou B, o cargo é público e, sendo público, ele deve ser preenchido de acordo com a nossa Constituição Federal.

Outro ponto que eu gostaria de colocar é sobre a modernização. A administração pública gerencial – nós, concurseiros, sabemos bem disto – é o concurso público, e passar pessoas que não ingressaram – a essência do concurso público é o ingresso –, passar pessoas que ingressaram por nível médio para auditor é administração pública patrimonialista. É o rei: “o cargo é meu”. E o cargo não é ninguém, o cargo é público. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Adalberto Imbrósio, do Sinafite.

SR. ADALBERTO IMBRÓSIO – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa e os demais Parlamentares na pessoa do Presidente. Cumprimento os demais presentes, senhoras e senhores, colegas da carreira auditoria tributária. Inicialmente, eu queria abordar uma questão eminentemente técnica, questão que talvez esteja trazendo receio para alguns Parlamentares.

Eu gostaria de falar que, assim como o inciso II do art. 37 da Constituição Federal prevê o ingresso em cargo ou emprego público por concurso público de provas ou de provas e títulos, o § 3º do art. 41 prevê o seguinte: “Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade até o seu adequado aproveitamento em outro cargo”.

Ora, senhores, isso não é um juízo discricionário da administração, mas um comando constitucional. Ou seja, sendo extintos os cargos e o servidor sendo estável, havendo cargo com este compatível, esses servidores devem, sim, ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

aproveitados. E é com base nesse aproveitamento que se formou a jurisprudência hoje pacífica no Supremo Tribunal Federal.

O caso do Ceará nada tem a ver com o caso do Distrito Federal. Por quê? O Ministro Relator, Ricardo Lewandowski, estipulou cinco questões para tratar da ADI nº 3.857, e os senhores podem acompanhar. Um dos itens foi o seguinte:

1 – Alteração significativa da remuneração dos cargos transformados em relação aos cargos anteriores existentes.

2 – Alteração do nível de escolaridade exigido para o ingresso, pois três dos cinco cargos eram de nível médio e não constituíam crédito tributário.

Isso nada tem a ver com a nossa situação! A nossa situação, desde a Lei nº 2.338, de 1999, aprovada por este Parlamento, todos os cargos aqui são de nível superior. Todos! E todos constituem crédito tributário. A única diferença que há é de cunho eminentemente formal, e isso não interessa para a eficiência, para a administração pública, para o Estado e para a sociedade. Explico: a única diferença que há, hoje, é que as empresas regularmente inscritas que faturam acima de três milhões e seiscentos mil reais podem sofrer fiscalização somente pelo cargo de auditor tributário, e não a questão que foi colocada aqui, em relação ao regime de enquadramento.

Eu tive o prazer de explicar isso para vários Deputados aqui e trago documento, bem como todas as questões. A única questão que há aqui é a seguinte: quem define o que é microempresa e empresa de pequeno porte é a Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações posteriores. E ela, em seu art. 3º, faz a definição de ME e EPP com base no faturamento bruto e não no regime de apuração, como quiseram falar aqui para os senhores. Inclusive, estão fazendo práticas aqui que foram verificadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, em uma tomada de contas, em que se expediu a recomendação ao Governo de que se regulamentasse a Lei nº 33.

Existem, em toda hermenêutica jurídica, duas questões: uma é a hierarquia das normas, e a nossa norma superior aqui no Distrito Federal é a Lei Orgânica do Distrito Federal. Ela coloca as atribuições e as competências para os cargos integrantes da carreira auditoria tributária. O que está sendo feito aqui é uma adequação a nossa Constituição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Sr. João Alves, auditor. Apenas para organizar, os próximos a usar da palavra são: Eraldo Rodrigues, Paulo Henrique de Souza, Priscila Afonso Boggio e Eneida Vieira. Cada um falará por 3 minutos.

SR. JOÃO ALVES — É conhecido um adágio de que uma mentira repetidamente utilizada tende a virar verdade. E é lamentável que algumas pessoas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

para justificar sua demanda, seus interesses, acabem tentando emplacar para outras pessoas algumas mentiras. Isso é mais grave ainda quando se tenta passar essas inverdades para Parlamentares.

Hoje, por exemplo, não há na legislação do Simples Nacional esse limite de três milhões e seiscentos mil reais de faturamento. A Lei do Simples Nacional estabelece como limite de faturamento para uma empresa ser considerada dentro do sistema Simples, R\$ 2,4 milhões por ano. Existe um projeto em discussão — que alguém aqui já transformou isso em lei pronta e acabada — em que isso pode vir a ser limite de R\$ 3,6 milhões.

Com relação a essa questão do limite, em algum momento o legislador, sábio legislador do passado, entendeu que para fazer atividades de mercadoria em trânsito e para fazer atividades de empresa do Simples Nacional seria criado o cargo de Fiscal Tributário. Sabemos que esses limites são um demarcador não apenas do faturamento. A gente andou conversando com alguns Parlamentares e tive a oportunidade de esclarecer isso para um Parlamentar que tinha essa dúvida, porque haviam vendido para ele essa verdade, ou essa meia verdade, de que a diferença básica era o limite do faturamento. Sabemos que hoje o sistema Simples foi estabelecido para que as empresas pudessem ter uma maior facilidade de cumprimento de obrigações tributárias, diferentemente do que é a empresa normal, a grande empresa.

Então, a empresa que está situada no sistema Simples tem um alcance importante social, tem um alcance importante como geradora de emprego e no desenvolvimento do país, mas o Estado não busca seu financiamento nas empresas do Simples Nacional. Por isso que elas estão no Simples, por isso que o faturamento é esse e por isso que a contribuição delas é pequena.

Para desenvolver atividades dessas empresas, que como o próprio nome indica, não foi exigida muita coisa no concurso público. Todo mundo sabe disso. Há muita gente desses candidatos que estão aqui e que fizeram concurso para nível médio porque não havia e não há até hoje a demanda de maior qualificação.

Essa é a minha conclusão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Sr. Eraldo Rodrigues.

SR. ERALDO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais cidadãos aqui presentes, é engraçado que as pessoas estão tratando esse projeto de lei como se o Governo do Distrito Federal estivesse brincando com coisa pública. Brasília saiu de um momento vergonhoso perante o mundo. Parabenizo o Governo do Distrito Federal pela determinação, pela firmeza com que enfrenta essa bagunça que há mais de duas décadas acontece no âmbito da Secretaria de Fazenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Esse projeto de lei aqui já foi discutido por todas essas categorias. O Secretário chamou e todos aqui opinaram. Passou por assessoria jurídica da Secretaria de Fazenda, passou pela assessoria jurídica da Secretaria de Governo, passou pela assessoria jurídica da Secretaria de Administração e hoje está nesta Casa sendo debatido democraticamente e transparentemente, senhores.

Nós do Sinafite, do sindicato da carreira de auditoria tributária, encomendamos nada menos do que um parecer de uma autoridade jurídica, porque nós não queremos nos arvorar Ministro do Supremo. O Ministro Sepúlveda Pertence já se pronunciou e deu parecer favorável ao que está acontecendo aqui hoje. O Ministro que hoje é Presidente do Conselho de Ética da Presidência da República. Portanto, nós aqui não vamos nos arvorar juízes, magistrados e nada disso. Somos, sim, agentes do Fisco e queremos assumir a nossa responsabilidade, porque o mundo agoniza com a crise econômica violentíssima. Precisamos dar uma resposta urgente para o Distrito Federal e o Brasil. A carreira de auditoria tributária está pronta para dar a sua resposta, senhores.

Esperamos que esta Casa se pronuncie, debata e livremente decida o que é melhor para o Distrito Federal.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Eraldo.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Henrique de Souza.

SR. PAULO HENRIQUE DE SOUZA – Boa noite aos componentes da Mesa e a todos os presentes.

Eu vou aproveitar a fala de várias pessoas que falaram sobre concursos e dizer o seguinte: como representante da AFIR-DF, Associação dos Fiscais da Receita, sou obrigado sempre a andar com este edital na mão, para provar que eu fiz um concurso de nível superior e com todas as competências de lançar, fiscalizar e cobrar tributos. Parece brincadeira, gozação! Mas eu tenho sempre que andar com ele. Eu sempre ando, porque eu sei que as pessoas vão falar isso que foi falado aqui hoje.

Sobre o projeto de lei, eu gostaria de destacar duas questões. Primeiro, que reestruturação de carreiras na Secretaria de Fazenda não é nenhuma novidade. Em 2009, foi reestruturada a carreira de Auditoria de Controle Interno. Eles extinguiram os cargos de Analista de Finanças e de Analista de Planejamento, e os transformaram no cargo de Auditor de Controle Interno. E não teve nenhum protesto desse tipo. (Palmas.) Todos os ocupantes dos cargos de Analista de Finanças e de Analista de Planejamento foram aproveitados no cargo de Controle Interno.

Outro aspecto que eu gostaria de falar é o seguinte: é uma pena que o Roberto, Presidente da Febrafite, tenha saído da Casa. Eu estou aqui com uma peça que se refere à unificação ocorrida em Minas Gerais que muito se assemelha ao que está sendo proposto neste projeto. O Roberto declarou aqui o seu medo dessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

unificação. Lá em Minas Gerais, foi elaborada uma lei que criou o cargo de Gestor Fazendário e unificou os cargos de Fiscal e de Auditor. A Febrafite entrou com uma ADI contra a lei, mas somente no que parte do Gestor Tributário.

Eu vou ler o que a Febrafite fala no caso da unificação de Minas Gerais: "Cabe registrar que, na presente ação, não se questiona a constitucionalidade dos dispositivos mencionados no que respeita à fusão das antigas classes de Agente Fiscal de Tributos e Fiscal de Tributos Estaduais, na nova classe de Auditor Fiscal da Receita Estadual, e a transposição dos ocupantes dos cargos das duas classes fiscais mencionadas na nova classe fiscal unificada. Eis que neste caso trata-se de cargos com as mesmas ou correlatas atribuições, prerrogativas e vantagens."

Concluindo: lá em Minas Gerais vale. Mas aqui, não. Aqui o conceito é outro. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Paulo Roberto.

Concedo a palavra à Sra. Priscila Afonso Boggio.

SRA. PRISCILA AFONSO BOGGIO – Boa noite a todos. Este meu pequeno discurso eu acabei de escrevê-lo. Vou começar a lê-lo.

Meu nome é Priscila Boggio, dentista em meio período, casada, mãe e concurseira. Estudo há mais de um ano para esse concurso. Deixei plantões, diminuí a qualidade na maternidade, no casamento. Anulei a minha vida social em função de um único objetivo: passar em um bom concurso público, especificamente no de Auditor Tributário do Distrito Federal. Diariamente, entre oito e dez horas, estudei com afinco acreditando fazer a minha parte. E assim segui.

Até que, com a primeira suspensão do certame, as coisas se tornaram obscuras, com inúmeras ações contra o concurso para Auditor Tributário. Ingenuamente eu pensei, assim como creio que muitos colegas pensaram: bom, caso não haja problemas com o edital, o concurso vai ser retomado. Caso haja algum vício com o edital, ele será anulado e o processo vai ser retomado. Assim eu só precisaria estudar, estudar, estudar e esperar.

Enfim, até o dia em que tomamos ciência da existência desse projeto de lei. Foi como se alguém tivesse dado um tapa na minha cara, me chamado de tola e tivesse me dito que todo o meu sacrifício tinha sido em vão. Que país é este? Essa foi a minha pergunta.

Descobri, num fórum de estudos, que muitos pensavam como eu, muitos estavam transtornados como eu. Como um projeto de lei tão escandalosamente inconstitucional pode ser proposto? E pior, ser tido como previamente aprovado, como ouvi da boca de alguns fiscais, que diziam que já estavam com dezenove Deputados garantidos. O projeto estava previamente aprovado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Temos esperança de que com esta audiência de hoje tudo seja ventilado. Que nossas cabeças sejam ventiladas, que as coisas ocorram de maneira diferente.

A partir da nossa revolta, surgiu o nosso movimento: bonito, legítimo, em busca do justo e do constitucional. Ganhamos espaço na mídia, na sociedade e, por isso, hoje está acontecendo esta comissão geral, senão tudo ocorreria, infelizmente, na surdina.

Queremos fazer essa prova, é isso que queremos. Hoje fomos destratados, fomos tratados como marginais, vândalos. Nossos amigos estão lá fora no escuro. Isso é ser destrutado, gente! Isso é ser destrutado!

Eu tenho orgulho dos meus colegas, dos amigos que eu fiz aqui, tenho orgulho de mim mesma! Eu vim de Mato Grosso do Sul para esta causa, que é nobre. E temos a pretensão nada pequena de servirmos de exemplo para os que são preteridos, ignorados em seus direitos.

Srs. Deputados, os olhos da sociedade estão hoje sobre esta Casa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Eneida Vieira.

SRA. ENEIDA VIEIRA – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, eu queria responder ao questionamento que foi feito. Disseram que o representante do Sindifisco tinha falado que esse projeto não traz uma proposta de modernização e perguntaram se o Sindicato teria uma proposta. Então, só para esclarecer, quando e se for convidado pela Administração, se a Administração entender que o Sindifisco terá que participar de uma proposta de modernização, ele contribuirá.

O que a gente entende é que um projeto que extingue um cargo sem motivação, para criar outro idêntico, e que determina que nesse novo cargo sejam aproveitados os dois cargos com competências distintas dentro da carreira, e ainda com concursos com grau de escolaridade e nível de complexidade diferentes, a gente entende que esse não é um projeto de modernização, de maneira nenhuma.

Eu queria falar sobre isso que vem sendo debatido, que todos os cargos da carreira têm atribuição de nível superior. Hoje, a gente pode dizer que todos os cargos da carreira têm. O Paulo Henrique disse aqui que ele anda com o edital dele na mão. Eu queria saber se todos os servidores andam com esse edital na mão, e se esse edital é de nível superior. Parece-me que não! Parece, não. Eu tenho certeza que não! Então, cadê o edital? Tem o edital de fiscal tributário, de 99, e o edital do técnico tributário, que nem era agente fiscal, de 1997, que são os servidores que serão beneficiados, que eram de nível médio. Se não me engano – ontem eu olhei –, no edital de fiscal tributário havia quatro matérias, enquanto no nosso concurso de auditor tributário havia quinze.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Então, eu queria chamar a atenção para a responsabilidade dos Deputados, porque essa discussão não envolve só uma carreira, não é só a Secretaria de Fazenda, mas envolve o empresário que vai ser auditado por um servidor que fez um concurso cuja atribuição, à época do concurso, era de apoio às atividades tributárias, não tinha lançamento.

Era só isso, muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Roberto Imbrosio Oliveira, Fiscal Tributário.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu estou deixando e, depois, no final, vou fazer minha fala aqui, porque o debate vai continuar em alto nível para que a gente possa votar esse projeto com a maior tranquilidade e transparência, e não na surdina. Eu vou responder a cada uma das falas que foram feitas aqui, porque aqui é o Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao Roberto.

SR. ROBERTO IMBROSIO OLIVEIRA – Exmo. Sr. Presidente, demais Distritais aqui presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer um breve relato do voto da Ministra Ellen Gracie na ADI de Santa Catarina, onde foram unificados os cargos de fiscal de tributos estaduais, fiscal de mercadoria em trânsito, exator e escrivão de exatoria. A Ministra Ellen Gracie diz: “Por um fio de racionalidade, quatro carreiras que tinham competência e atribuições, em parte idênticas, e em parte extremamente semelhantes, fundindo-as em uma única carreira, o que significa racionalização administrativa. Quanto ao outro tópico” – e aqui eu peço a atenção de todos os senhores presentes – “pelo qual ela é atacada, que é o nível de escolaridade” – isso aqui interessa a todos aqui, para dirimir essa dúvida de vez – “também verifico que nenhuma modificação” – isso é a Ministra falando, não o Roberto – “foi introduzida pela Lei Complementar nº 189, porque o que era exigido para o ingresso nas quatro carreiras extintas, por legislação anterior,” – à publicação do novo cargo único –, “é rigorosamente o mesmo nível necessário para o acesso à nova carreira” – igualzinho ao que está acontecendo aqui: os três cargos são de nível superior por lei, não interessa se fez concurso ou não, e o novo cargo que vai ser constituído, auditor fiscal da receita, é de nível superior também – “a de fiscal de mercadorias em trânsito já exigia diploma de curso superior, a partir da Lei nº 8.246, de 1991, e a de escrivão de exatoria também já tornava obrigatório que o candidato fosse portador de diploma de curso superior, através da Lei Complementar nº 81, de março de 1993”.

“A partir de então – esse aqui é outro ponto a que eu peço que os senhores prestem bem atenção – se firmou – é a Ministra falando – a jurisprudência pacífica no STF quanto ao aproveitamento lícito dos servidores públicos de carreiras distintas” – vejam bem, distintas; aqui é uma única carreira – “exigindo-se para tanto:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

similitude de remuneração entre os cargos,” – hoje os agentes fiscais ganham 90% do último nível de auditor – “mesma exigência de escolaridade para ingresso nos cargos ao tempo da reestruturação,” – isso é que é importante: ao tempo da reestruturação – “e compatibilidade remuneratória entre os cargos a serem reestruturados e o novo a ser criado”.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Todos os inscritos já fizeram uso da palavra?

Então, agora nós vamos passar para as considerações finais da Mesa. Vou conceder três minutos; concluídos os três minutos, eu vou cortar o microfone, até porque o *foyer* e o cafezinho estão lotados de convidados do Deputado Olair Francisco para o lançamento da Frente da Copa de 2014, e há várias autoridades, inclusive Secretários e Deputados, aguardando. Fizemos um amplo debate. Acho que está atendendo às reivindicações e anseios de cada um, mas é preciso concluir.

Concedo a palavra ao Daniel Cayres, líder dos concurreseiros

SR. DANIEL CAYRES – Eu só vou usar este espaço para agradecer. A gente teve voz aqui. Foi uma pena que os colegas não puderam entrar, mas isso já está superado. Eu quero agradecer a atenção de todos os Deputados: do Presidente da Mesa, Deputado Patrício, e de todos os Deputados presentes.

Eu acho que esta comissão geral esclareceu muita coisa para muita gente. Para mim, o que tinha que ser dito já foi dito. Agora, cabe aos Deputados tomarem a decisão que eles julgarem mais apropriada. E as implicações futuras, a sociedade vai sofrer ou aproveitar. Isso independe da nossa vontade. Eu só queria algum comprometimento ou que alguém pudesse dizer: “Sim, o concurso para o qual vocês estão estudando há um ano vai continuar exatamente como está, e vocês vão ser poupados dessa briga”, porque a gente não comprou briga com ninguém.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindifisco, Jason Henrique Cares.

SR. JASON HENRIQUE CARES – A gente gostaria também de fazer um agradecimento por esse momento aqui de debate, que certamente contribuiu bastante para esclarecer os fatos. Eu queria aproveitar, neste momento, para fazer um apelo ao Governador Agnelo, em nome dos dois Secretários sentados a esta mesa, para que ele restabeleça a ordem na Secretaria de Fazenda. Para isso, eu não tenho dúvida de que temos que respeitar a Constituição federal e as decisões judiciais.

Hoje, os agentes abandonaram suas atribuições, que estão sendo exercidas por outros servidores. Estão na busca frenética pelas prerrogativas e atribuições do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

auditor. As atribuições dos fiscais também estão praticamente abandonadas no trânsito, na itinerante. Eles também estão nessa busca frenética pelas atribuições do auditor. As nossas atribuições também estão abandonadas, e nós aqui nessa busca frenética para defender a Constituição, as prerrogativas do cargo de auditor.

Eu acho que está na hora de alguém chegar lá com responsabilidade, para colocar todo mundo para exercer o cargo para o qual prestou concurso. O concurso está aberto a todos, para se candidatar e ascender ao cargo de auditor. O concurso é a forma democrática, legal e constitucional de acesso ao cargo público.

Era somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Sr. Jason.

Concedo a palavra, para as considerações finais, ao presidente do Sinafite – DF, Sr. Jomar Mendes Gaspary.

SR. JOMAR MENDES GASPARY – Eu gostaria de agradecer esta Casa de Lei pela nova oportunidade de se discutir esse projeto de lei.

Quero dizer que esse projeto foi discutido na Secretaria de Fazenda, embora algumas pessoas não gostem de discutir. Perdem eleição, saem da AAFIT – Associação dos Auditores Fiscais Tributários. Perdem eleição, saem do sindicato. Infelizmente são pessoas que não têm o senso democrático de aceitar o revés. Nós vimos que uma lei semelhante a essa foi feita em Minas Gerais, e a Febrafite – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais –, em que pese nosso colega Roberto Kupski não estar, mas temos que lembrar, apoiou a lei de Minas Gerais. Em Minas Gerais pode, no Distrito Federal, não. O que há por trás disso?

Eu fico muito preocupado. (Manifestação da galeria.) Eu fico preocupado porque eu sou auditor tributário, conheço muito bem a Secretaria de Fazenda. (Vaias.) Olha, eu não queria deixar o debate. Estão vendo? Vocês são testemunhas, eu “nunca” trabalhei. Eu fui o criador da Nota Legal. Todos são testemunhas. (Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Senhores da galeria, peço que permaneçam sentados. Só faltam três considerações para encerrarmos os debates. Eu peço, por favor. Tudo transcorreu normalmente até agora.

SR. JOMAR MENDES GASPARY – Eu implantei as declarações em meio magnético, que hoje chegam à nota fiscal eletrônica. O início foi comigo, na marra. Muitos contadores do Distrito Federal sabem quem eu sou, sabem o que eu fiz. Eu implantei as cobranças do IPTU dos condomínios irregulares, uma batalha vencida. Todos sabem a luta que foi para que o Distrito Federal aplicasse a justiça fiscal, a justiça tributária, cobrando de todos o valor devido para o bem da sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Eu estou aqui como auditor tributário, com a consciência tranquila. E quero lembrar aos senhores que ontem o Prêmio Nobel de Química, homenageado por toda uma universidade, sofreu durante trinta anos. Foi humilhado durante trinta anos. Eu sei que eu não vou ficar trinta anos sendo achincalhado dessa forma. (Palmas.) Na União também houve essa briga, os auditores da Receita Federal não queriam. Brigaram, foram às ruas, "trem da alegria", fizeram aquela confusão toda, alguns de vocês nem se lembram disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Peço que conclua.

SR. JOMAR MENDES GASPARY – Para concluir, no Rio Grande do Sul reina a paz, onde se uniu a receita e a despesa. Em Santa Catarina reina a paz, em Goiás reina a paz, e em mais 22 unidades da federação reina a paz. Eu quero a paz no Distrito Federal! (Palmas.)

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para as considerações finais, passamos a palavra, por três minutos, ao Exmo Sr. Secretário de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, Wilmar Lacerda.

SR. WILMAR LACERDA – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas fazer menção de que o concurso público, que é uma atribuição da Secretaria de Administração, nós vamos estudar a possibilidade e vamos realizá-lo. Podem ficar com essa certeza. Vamos ter segurança jurídica e criar as condições para que possamos fazê-lo, mesmo com a tramitação do projeto na Câmara. Acho que isso não impede absolutamente nada.

Podem criar uma comissão dos concurseiros. Estou disposto, junto com a comissão do Deputado, a recebê-los na Secretaria para tratarmos do assunto.

Quero dizer que este Governo não trata nada na surdina, absolutamente nada na surdina. Este debate está acontecendo porque o Governo mandou um PL para a Câmara para ser discutido por uma casa democrática, representada pela Situação e Oposição, e para fazê-lo de forma muito transparente, muito transparente. Nosso Governo não vai fazer nada escondido e não quer fazer nada escondido.

Portanto, Sr. Presidente, nós também não podemos deixar de agradecer esta Casa e dizer que nada nos impedirá de reestruturar e de aperfeiçoar as funções do Estado. Esse é o nosso compromisso, compromisso com a sociedade de Brasília, compromisso com o povo do Distrito Federal, compromisso com a transparência pública! Isso nós vamos cumprir.

Coloco-me à disposição para debater, discutir, aperfeiçoar e realizar o concurso, porque nós sempre defendemos na vida que o ingresso no serviço público se dará através de concurso de provas e títulos. Portanto, companheiros e companheiras, sinto-me muito à vontade em falar e ter essa posição por orientação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

do nosso Governador, do nosso Secretário de Governo, do Secretário de Fazenda e do de Planejamento. Nós estamos unidos com a mesma disposição, unidos no aperfeiçoamento do Estado, e vamos contar, sim, com o apoio desta Casa para aperfeiçoar esse PL, fazer que o Estado cumpra o seu papel e o seu dever de buscar a paz, buscar a transparência pública, buscar o aumento da receita do Estado para que possamos, inclusive, contratar os concursados de todas as áreas – segurança, educação, saúde, área fazendária – e transformarmos o Distrito Federal num estado de direito, num estado democrático, num estado absolutamente transparente. Um estado que tenha profissionais competentes, de carreira, que tenham a função de dar ao Estado e de fazer que ele cumpra o seu papel.

Um grande abraço, Sr. Presidente! Boa noite. Agradeço a esta Casa por mais esta oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Wilmar, Secretário de Administração.

Passamos a palavra, para suas considerações finais, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Valdir Moysés Simão.

SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a oportunidade e parabenizar todas as falas, principalmente as dos representantes que compõem conosco a Mesa, porque mantiveram um alto nível de debate, um respeito mútuo, que é o que se espera de carreiras ou de uma carreira tão importante, típica de Estado, como é a carreira de auditoria.

Infelizmente, vimos aqui algumas manifestações que demonstram o clima de hostilidade que enfrentamos na Secretaria de Fazenda entre três cargos tão importantes para a nossa administração tributária, o que não é de agora. De fato, esse projeto de lei acaba acirrando isso. Antes, inclusive, de assumir a Secretaria de Fazenda, eu fui procurado pelo Dr. Jason, fui procurado pelos fiscais e tivemos uma amostra, naquele momento, das dificuldades que teríamos à frente da Secretaria de Fazenda. Procuramos manter um entendimento no grupo de trabalho, coletamos de todas as entidades representativas o seu posicionamento com relação à carreira de auditoria e ficou muito claro para a Secretaria de Fazenda o posicionamento de cada um. A Secretaria de Fazenda sempre deixou claro que iria tomar uma decisão com relação a essa matéria.

Patrocinamos o concurso, o Dr. Jason sabe disso. Fomos juntos várias vezes à Secretaria de Administração. Esse concurso foi publicado ano passado e enfrenta uma ação popular, é bom que se diga isso. Uma ação popular que, daqui a algum tempo, pode ter uma decisão de ilegalidade dessa contratação e com reflexos. Da mesma forma, eventualmente, esse projeto de lei, nos atos administrativos praticados pelos servidores que tenham sido contratados do concurso.

A gente precisa retomar a tranquilidade. E aí, o apelo que eu faço, Dr. Jason, é que a gente consiga retomar a tranquilidade. Nós tentamos, Sr. Presidente, um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

trabalho de integração ente os diversos profissionais. Nós tivemos demonstrações aqui, de um lado e de outro, de alto nível de conhecimento e de competência. Não é possível que profissionais com nível de remuneração e de capacidade que a gente tem hoje na Secretaria de Fazenda não consigam sentar juntos para exercer atividades. Isso é absurdo, do ponto de vista da organização. Não foi uma nem duas vezes que a gente tentou. E por dogmas. Por dogmas a gente não conseguiu.

Tem um dogma na Secretaria de Fazenda, por exemplo, de que numa agência de atendimento em que tenha um auditor tributário lotado, o chefe dessa agência tem que ser auditor tributário. Isso é dogma. Isso não existe na administração pública em lugar nenhum.

Então, eu queria muito retomar esse ambiente de tranquilidade, que as pessoas pudessem trabalhar conjuntamente. Eu não tenho dúvidas de que, para a Secretaria de Fazenda, a atividade mais importante na administração tributário neste momento é a atividade de monitoramento, é a atividade de fiscalização de trânsito e de barreira. Eu não tenho dúvidas, Srs. concurseiros, se os senhores entrarem, a primeira atividade que vão exercer como auditor ou como agente fiscal ou como auditor fiscal da receita será a atividade de barreira de trânsito. Eu não tenho dúvida disso, é a nossa escola. É a escola de cada um de nós. É lá que a gente aprende o que é administração tributária, o que é fiscalizar.

Outro dia um colega auditor disse que um auditor não vai se submeter a entrar numa viatura para fiscalizar. Eu lhe falei que é a atividade que eu, depois de 24 anos como auditor fiscal, mais gosto de fazer. Isso me honra e deve honrar cada uma das senhoras e cada um dos senhores.

Sejam bem-vindos! Eu espero que quando vocês entrem, a gente tenha retomado a tranquilidade no âmbito da Secretaria. Esse projeto certamente merece aperfeiçoamento. Esta Casa, com toda a sua capacidade e competência, irá contribuir. Eu quero dizer que a Secretaria está aberta, tanto para o Sindifisco como para o Sinafite, para eventuais aperfeiçoamentos que se façam necessários a esse projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Dr. Valdir. Eu queria agradecer na verdade a todas as pessoas que estiveram aqui. Aos Parlamentares que vieram aqui para fazer uso da palavra, para fazer suas intervenções, discutir e debater e também acabar tendo o esclarecimento da Mesa, que colocou o que é realmente o projeto.

Eu agradeço ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Valdir Moysés Simão; ao Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, que já foi subsecretário institucional aqui na Câmara Legislativa; ao presidente do Sinafite, Sr. Jomar Mendes Gaspary; ao Presidente do Sindifisco, Jason; e ao Daniel, que representa os concurseiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

Eu só queria fazer algumas colocações. Primeiro, que esse é o primeiro debate. Essa foi a primeira comissão geral que houve. É claro que outros debates virão nas comissões em que o projeto tramitará, seja na CAS, na CEOF ou na CCJ. Os debates serão acompanhados por todas as pessoas que quiserem, porque a Casa é pública, e sempre foram liberados e franqueados a permanência e o acesso a qualquer um.

Eu não estou entendendo como algumas pessoas colocam assim: “que país é este?” Eu também queria entender, porque o projeto foi encaminhado para a Câmara, não foi aprovado ainda. Esse projeto não é lei. Ele está sendo discutido, e estão sendo ouvidas todas as partes. Qual foi a parte interessada que não teve assento à Mesa? Todas as partes tiveram assento à Mesa. Eu não vou dizer que vou fazer nenhuma intervenção para a plateia. Para mim, pouco importa aplauso ou vaia. O que interessa aqui é o benefício da sociedade. Quem vai fazer o julgamento é a sociedade do Distrito Federal.

Aqui tem que se pensar na máquina pública, no Estado. É no Estado, não é em plateia ou o que ela vai dizer. Vem dizer que estou discursando para ninguém? Os 24 Deputados que estão aqui representam 2 milhões e 600 mil habitantes do Distrito Federal, foram eleitos por uma eleição direta pela população do Distrito Federal da forma mais legítima e democrática que existe. Mais legítima e democrática que existe. Qualquer projeto de carreira do servidor do Distrito Federal passará por esta Casa, será discutido por esta Casa.

Nós tivemos o posicionamento, nesta Legislatura, os 24 Deputados, de só votar projeto em Plenário depois que este tiver a tramitação concluída, depois que passar em todas as comissões. Justamente para que não tenhamos depois projetos declarados inconstitucionais pelo STF. Então, por que essa preocupação? Tem que se preocupar, tem que ficar ansioso, tem que ter cuidado, mas tem que manter o nível do debate, e não sair fazendo acusações.

Mordaça? Um Deputado distrital chegar aqui e dizer que foi amordaçado? Quem foi amordaçado aqui? Os concursandos, os concurseiros estão aqui dentro do plenário. Eles não tiveram como ocupar a galeria. Queríamos que pudessem. Foi uma decisão do Presidente da Casa, e não me arrependo. Eu não me arrependo! Sabe por que eu não me arrependo? Porque foi esta Casa que, com medida firme e transparente, garantiu que nós não tivéssemos intervenção. Mesmo com o contrato da TV Distrital vencido, nós fizemos um emergencial para que a sociedade acompanhasse os processos de *impeachment* e de decoro parlamentar dos Deputados. Mesmo contrário a um princípio que eu tenho, mesmo assim mantive, para garantir a transparência e para que a sociedade pudesse assistir. E foi esta Casa que evitou a intervenção federal, garantindo inclusive que nós tivéssemos um processo democrático com a eleição direta, e hoje a Casa funcionando, os Poderes funcionando, nós debatendo e discutindo, senão hoje nós teríamos uma junta de cinco Senadores administrando Brasília, era isso que nós teríamos. E Brasília não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

aguenta outra crise, estou cansado de dizer aqui, cabe a quem acusa em qualquer lugar o ônus da prova.

É preciso, e o Deputado Wasny de Roure foi sábio aqui, ouvir a Procuradoria. Nós vamos chamar aqui o Procurador Geral, para que ele venha debater com os 24 Deputados, na nossa sala de reunião no quinto andar, na Presidência da Câmara Legislativa. É assim que se constrói e se elabora um projeto para vir a plenário para ser votado. Nós vamos solicitar de forma institucional – institucional porque não é um Deputado ou outro, é o Poder Legislativo, por intermédio do STF – uma audiência no STF, para nós discutirmos com o Presidente do STF qual é a posição inclusive do STF para debatermos, como nós fizemos na época da Caixa de Pandora. Nós fizemos isso, nós fomos a todos os órgãos.

Então, nós não vamos fazer nada de forma açodada, esta Casa não vai debater de qualquer jeito e não vai trazer para o plenário sem que haja ampla discussão. Se houver necessidade de fazer mais audiência pública, nós vamos fazer, seja na Câmara Legislativa ou em qualquer outro lugar. O Governo encaminhou projeto para a Câmara, e está no seu papel, é o Poder Executivo que tem que encaminhar, mas a Câmara Legislativa tem o seu rito próprio, tem o seu tempo, e no seu tempo é que vai votar.

Nós já demonstramos nesta Legislatura que não cedemos à pressão de ninguém, nem mesmo do Poder Executivo. Os projetos, nós votamos de acordo com nosso ritmo, e ficou claro aqui na comissão geral, Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Rôney Nemer e Deputado Olair Francisco, que não existe consenso nem na Base de Governo. Então, vai ter que haver muito debate, muita discussão para avaliar se o projeto passa nas comissões e se vem a Plenário para ser votado, com muita tranquilidade, com muita transparência, porque é o debate que vai nos levar a aprimorar o projeto e saber se ele precisa ser ou não votado. É o debate na exaustão, e quando se esgotar a discussão é que vamos ter o encaminhamento do que é melhor para a sociedade do Distrito Federal.

Este Poder, como eu disse em outras vezes, não vai se curvar à pressão de ninguém. A manifestação de qualquer um é legítima, e o fato de ficar nos corredores da Casa, ali fora no *foyer*, ou mesmo fora da Casa, é legítima e normal, qualquer um que vem da carreira de concurso público, que é servidor público como eu sou, já ficou na chuva, no sol, no escuro, já fez movimento, e é assim mesmo que funciona. Esse é o exercício da democracia, mas a democracia tem que ser garantida, respeitando as leis e as normas. Esta Câmara tem um regimento interno que vai ser cumprido, como a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição Federal.

O debate foi produtivo, o debate foi bom, todas as partes foram ouvidas, todas as partes, sejam do Poder Executivo, dos fiscais, dos auditores ou dos concurreiros, está tudo gravado – e a taquigrafia está aqui funcionando –, vai ser depois deglavado e todos podem receber uma cópia, inclusive. Os desdobramentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2011	15h35min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

desta comissão geral vão ser informados para todos pelo *site* da Câmara Legislativa e também nos gabinetes de todos os Deputados, que vão receber.

Quero, inclusive, solicitar ao Secretário de Fazenda e ao Presidente do Sindifisco que as apresentações feitas em *slides* sejam encaminhadas a minha assessoria de plenário, à Mesa aqui, para que possamos distribuir a todos os gabinetes e assessorias, para que todos possam ter conhecimento e, inclusive, depois distribuir para os concurreiros e todo mundo ter conhecimento do que se está discutindo, do que foi debatido, do que foi defendido, para que amadureçamos esse debate. E o debate vai ser feito à exaustão no Poder Legislativo.

Então, quero agradecer a todos que vieram aqui e que permaneceram até essa hora. Gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do Governo, da sociedade aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso desta comissão geral.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente comissão, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a comissão geral às 19h39min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 190 – Suplemento, de 18/10/2011, onde consta a íntegra dos expedientes lidos na sessão.